



Anais da Assembléia

Nº 169

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademir Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Calto Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 119.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 1993
(TERÇA-FEIRA)

Curitiba, terça, em 30.11.93

(a) HEINZ HERWIG

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregoneze, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço, Valderi Mendes Vilela e Rossoni (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Ofícios:

OFÍCIO N° 052/93
Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência, para comunicar que no dia 25 de novembro de 1993, assinei a ficha de filiação no Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.

Na oportunidade reitero a Vossa Excelência os meus protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 30.11.93

OFÍCIO N° 055/93-INT-GP-SS.
Senhor Presidente.

Em consonância com o item I, do parágrafo único, do artigo 129, de nosso Regimento Interno, vimos respeitosamente à presença de Vossa Excelência, comunicar que, a partir dessa data, nossas contas bancárias, estão à disposição da Assembléia Legislativa.

O homem público, que nada tem a esconder do povo do Paraná, irá adotar esse mesmo procedimento.

Ocorre que, apresentamos nessa Casa de Leis, um Projeto de Lei que diz: "Ficam excluídos do benefício do sigilo bancário as autoridades conforme especifica", onde no seu Artigo 1º, estabelece que ficam excluídos do benefício do Sigilo Bancário, os Deputados Estaduais, Governador, vice-Governador, Secretários de Estado, Presidente e Diretores da Administração Direta e Indireta, Dirigentes de Partidos, Presidente e Diretores de Autarquias Estaduais.

A base dessa medida, está contida no Artigo 38 da Lei n° 4.595 de 31 de dezembro de 1964, onde tramita no Congresso Nacional um Projeto de Lei Complementar de autoria do Senador Pedro Simon, também para excluir do sigilo bancário as autoridades do Governo Federal.

Portanto, nada existe de inconstitucional, porque um instituto jurídico é independente do outro, já que o espírito da lei é amplo e irrestrito em todo o território nacional - cada estado faz a transformação ou adaptação que julgar essencial - com isso mostramos ao nosso Estado que, realmente os Deputados Estaduais deste Estado, são pessoas honestas.

Querer nessas alturas realizar um pré-julgamento, é protelar, ou transformar em cavalo de batalha uma ação que mostrará a limpeza dos nossos procedimentos políticos e pessoais.

Agradecendo a atenção, e evitando com isso, as especulações que possam existir, não estamos deixando aberta a retaguarda, para tentarem nos enquadrar no Artigo 239 do Regimento Interno, é que fazemos a presente comunicação, inteiramente de caráter pessoal.

Sala das Sessões, em 30.11.93
(a) LOURENÇO FREGONESE

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Os Deputados subscritores do presente, na qualidade de Líderes das Bancadas do PMDB, PP, PTB, PDT e PFL, vêm proceder à indicação dos membros para a Comissão Es-

Curitiba, terça, em 30.11.93

pecial de Reforma à Constituição, para apreciação das Proposições n°s 61 e 84/93, conforme segue:

PMDB - Toti Colaço
PP - Júlio Bifon
PTB - Ademar Traiano
PDT - Emilia Belinati
PFL - Nelson Garcia

Sala das Sessões, em 30.11.93

(aa) RENATO ADUR - Líder do PMDB

NILTON BARBOSA - Líder do PP

ERONDY SILVÉRIO - Líder do PTB

PAULO MAIA - Líder do PDT

DUÍLIO GENARI - Líder do PFL

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 4699

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 226/93, que dá nova redação ao artigo 49 da Lei n° 10.219/93.

Sala das Sessões, em 30.11.93

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

Tratando das contribuições previdenciárias, o Projeto de Lei n° 226/93 merece atenção especial desta Casa.

Saliente-se que a Lei n° 10.219 foi modificada pela Lei n° 10.464/93, motivo que autoriza a imediata apreciação do projeto de lei, considerando que parte da legislação vigente anteriormente voltou a ser aplicada no sistema previdenciário estadual.

REQUERIMENTO N° 4701

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, fundamentado no Art. 182 do Regimento Interno, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 350/93 que denomina a Cidade de Apucarana de Capital do Boné.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 4742

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a transferência do Projeto de Lei n° 461/93, Mens. n° 047/93, item 03 (três), para o último item da Ordem do Dia de hoje, 30/11/93.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 4698

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo

187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 4732

Senhor Presidente.

Os Deputados que subscrevem o presente, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUEREM o adiamento por 10 (dez sessões) do Projeto de Lei n° 572/93, tendo em vista a necessidade de aprofundar a discussão das alterações propostas no Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado. (Lei 6.174 de 16 de novembro de 1970).

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(aa) DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a importância do assunto de que trata o referido projeto onde envolve os servidores públicos do Estado do Paraná, avaliamos a necessidade de realizar um debate sobre as alterações na Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970, em específico a questão a ser votada sobre insalubridade e periculosidade.

O referido projeto traz no seu conteúdo uma série de contradições, que deverão ser debatidas e revistas.

Nesse sentido solicitamos o seu adiamento para promover debates com os Servidores Públicos e corrigir as distorções.

REQUERIMENTO N° 4745

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a designação de 01 (um) representante da Assembléia Legislativa do Estado para participar da reunião que irá discutir a aplicação do ICMS gerado pelas Usinas Hidrelétricas, a realizar-se nos próximos dias 03 e 04 de dezembro próximo na Cidade de Domingo Martins (ES).

Outrossim, esclarece, que nesta cidade estará sendo realizado o 3º Encontro Brasileiro de Municípios Impactados por Usinas Hidrelétricas.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 4744

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, RE-

QUER, após aprovação do Plenário, seja prorrogado em 30 (trinta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI dos Bóias-Frias instituída pela Resolução nº 001/93 da Presidência da Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

AUTORIZAÇÃO Nº 4747

Senhor Presidente.

Pela presente, autorizo Vossa Excelência, se assim o desejar ou necessário for, a solicitar a qualquer Banco, no território nacional ou no Exterior, extrato de movimentação de minhas conta-correntes, nos últimos quarenta anos.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO Nº 4731

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Luiz Lourenço Marochi, aos 66 anos de vida, ocorrido em 07 de novembro último. Deixou viúva a Senhora Catarina Bonato Marochi e quatro filhos.

Trata-se de uma pessoa muito querida pelos familiares, amigos e pelos clientes de sua Alfaiataria Alfa, localizada no bairro do Bacacheri. Atuou como excelente alfaiate durante muitos anos, e seu falecimento deixou muito triste inúmeras pessoas que o conheciam e tinham por ele muita admiração.

Sua perda deixa muitas saudades em toda a sua família e em todos que conviveram com ele. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento. Pessoa como o Senhor Luiz Lourenço Marochi merecem todo o nosso respeito e admiração, motivo este que nos levou a prestar esta homenagem a quem sempre dignificou sua vida e seu trabalho.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos sentimentos de pesar de seus familiares e amigos.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 4736

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado votos de congratulações, às autoridades constituídas do Município de Araruna, pela passagem de seus 32 anos de emancipação política, neste dia 29 de novembro.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

Curitiba, terça, em 30.11.93

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 4729

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que se faça o registro nos Anais desta sessão, de voto de congratulações, de louvor e muito aplauso ao empresário Francisco Macedo Machado, presidente empossado dia 24 último, no Sindicato do Comércio Varejista de Flores e Plantas de Curitiba e Região Metropolitana. Foi uma festiva solenidade de posse e que teve um brilhante discurso deste líder empresarial moderno e que trata da comercialização de um produto tão doce e típico, como teve oportunidade, feliz, de registrar em seu histórico discurso!

Pedimos que estes cumprimentos se estendam a todos os seus companheiros de diretoria.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 4730

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao empresário Altevir José Jansen, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Calçados de Curitiba e Região Metropolitana, por sua posse na presidência da diretoria desta entidade, triênio 1993/1996, ocorrida dia 24 de novembro último. Além de sua festiva posse, fez um brilhante pronunciamento.

Trata-se de um dos primeiros Sindicatos patronais desta área em todo o País.

Pedimos que estes cumprimentos sejam estendidos a toda a sua diretoria empossada juntamente com ele.

Sala das Sessões, em 30.11.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 4703

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente oficial à Bancada Paranaense no Congresso Nacional, solicitando da mesma o rechaçamento da Emenda Constitucional, emanada do Poder Executivo que pretende reduzir a transferência de Recursos para Estados e Municípios.

Sala das Sessões, em 30.11.93

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

É inadmissível a redução de transferências de recursos para Estados e Municípios.

plos. Esta postura do Poder Executivo vem contra conquistas como a Emenda Passos Porto, arduamente trabalhada pelos prefeitos brasileiros, o trabalho dos municipalistas na Constituição de 1988 e neste momento crítico que vive nosso País, não haveria medida mais prejudicial que a redução de recursos para estados e municípios que vêm enfrentando bravamente este momento, tão confuso de nosso País.

Sendo assim conclamamos a Bancada Paranaense no Congresso Nacional a lutar arduamente para que esta proposta de Emenda à Constituição seja derrotada em favor dos municípios brasileiros.

REQUERIMENTO N° 4704

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a inclusão no Programa Casa da Família Rural, do Município de VITORINO.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4705

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a inclusão no Programa Casa da Família Rural, do Município de MARMELEIRO.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4706

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a inclusão no Programa Casa da Família Rural, do Município de FRANCISCO BELTRÃO.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4707

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado ex-

pediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a inclusão no Programa Casa da Família Rural, do Município de RIBEIRÃO CLARO.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4708

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a inclusão no Programa Casa da Família Rural, do Município de WENCESLAU BRAZ.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4709

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a inclusão no Programa Casa da Família Rural, do Município de FIGUEIRA.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4710

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a inclusão no Programa Casa da Família Rural, do Município de JUNDIAÍ DO SUL.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4711

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a inclusão no Programa Casa da Família Rural, do Município de FLOR DA SERRA DO SUL.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4712

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a inclusão no Programa Casa da Família Rural, do Município de PINHALÃO.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4713

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a inclusão no Programa Casa da Família Rural, do Município de JABOTI.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4714

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a inclusão no Programa Casa da Família Rural, do Município de CONSELHEIRO MAIRINCK.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4715

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a inclusão no Programa Casa da Família Rural, do Município de JACAREZINHO.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4716

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a inclusão no Programa Casa da Família Rural, do Município de IBAITI.

Curitiba, terça, em 30.11.93

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4717

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Mário Pereira, solicitando a construção de uma ponte de concreto sobre o Rio Cascavel, na Rua Cascavel, com vão de 6 metros, no Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Tal obra vem ao encontro de antiga aspiração daquela comunidade, que espera a atenção do Executivo Estadual para melhoria de suas condições.

Tendo em vista que encontra-se dentro dos programas dessa Secretaria, de executar obras de arte em rodovias federais delegadas, estaduais e municipais, para melhoria do tráfego no sistema rodoviário estadual, consideramos justa nossa proposta.

REQUERIMENTO N° 4718

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Mário Pereira, solicitando a construção de uma ponte de concreto sobre o Rio Xarquinho, na Marginal à PR-466, com vão de 12 metros, no Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Tal obra vem ao encontro de antiga aspiração daquela comunidade, que espera a atenção do Executivo Estadual para melhoria de suas condições.

Tendo em vista que encontra-se dentro dos programas dessa Secretaria, de executar obras de arte em rodovias federais delegadas, estaduais e municipais, para melhoria do tráfego no sistema rodoviário estadual, consideramos justa nossa proposta.

REQUERIMENTO N° 4719

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Mário Pereira, solicitando a construção de uma ponte de concreto sobre o Rio Xarquinho, na localidade de Faxinal dos Fiuzas, com vão de 11 metros, no Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Tal obra vem ao encontro de antiga aspiração daquela comunidade, que espera a atenção do Executivo Estadual para melhoria de suas condições.

Tendo em vista que encontra-se dentro dos programas dessa Secretaria, de executar obras de arte em rodovias federais delegadas, estaduais e municipais, para melhoria do tráfego no sistema rodoviário estadual, consideramos justa nossa proposta.

REQUERIMENTO N° 4720

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Mário Pereira, solicitando a construção de uma ponte de concreto sobre o Rio Xarquinho, na Rua Carajás, com vão de 12 metros, no Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Tal obra vem ao encontro de antiga aspiração daquela comunidade, que espera a atenção do Executivo Estadual para melhoria de suas condições.

Tendo em vista que encontra-se dentro dos programas dessa Secretaria, de executar obras de arte em rodovias federais delegadas, estaduais e municipais, para melhoria do tráfego no sistema rodoviário estadual, consideramos justa nossa proposta.

REQUERIMENTO N° 4721

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Mário Pereira, solicitando a construção de uma ponte de concreto sobre o Rio Laurinhas, na localidade de Marrecas, com vão de 25 metros, no Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Tal obra vem ao encontro de antiga aspiração daquela comunidade, que espera a atenção do Executivo Estadual para melhoria de suas condições.

Tendo em vista que encontra-se dentro dos programas dessa Secretaria, de executar obras de arte em rodovias federais delegadas, estaduais e municipais, para melhoria do tráfego no sistema rodoviário estadual, consideramos justa nossa proposta.

REQUERIMENTO N° 4722

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Mário Pereira, solicitando a construção de uma ponte de concreto sobre o Rio das Pedras, na localidade de Guabiroba, com vão de 20 metros, no Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Tal obra vem ao encontro de antiga aspiração daquela comunidade, que espera a atenção do Executivo Estadual para melhoria de suas condições.

Tendo em vista que encontra-se dentro dos programas dessa Secretaria, de executar obras de arte em rodovias federais delegadas, estaduais e municipais, para melhoria do tráfego no sistema rodoviário estadual, consideramos justa nossa proposta.

REQUERIMENTO N° 4723

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Mário Pereira, solicitando a construção de uma ponte de concreto sobre o Rio das Pedras, na Indústria Elias J. Curi, com vão de 15 metros, no Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Tal obra vem ao encontro de antiga aspiração daquela comunidade, que espera a atenção do Executivo Estadual para melhoria de suas condições.

Tendo em vista que encontra-se dentro dos programas dessa Secretaria, de executar obras de arte em rodovias federais delegadas, estaduais e municipais, para melhoria do tráfego no sistema rodoviário estadual, consideramos justa nossa proposta.

REQUERIMENTO N° 4725

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de fornecimento de água na Rua J, n° 05, localizada na Vila Leonice.

O pedido foi feito pelos moradores daquela rua, afirmando que durante 15 dias não chegou nem uma gota de água em suas

residências.

A situação é grave, os moradores estão passando por sérias dificuldades e pedem providências urgentes para que o problema seja sanado.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4726

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Piraquara, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Araucária, nas proximidades do n° 190, localizada no bairro de São Pedro, quanto ao esgoto desta rua. Afirmam os moradores que esta rua está desprovida de rede de esgotos e como consequência as valetas estão entupidas com a sujeira dos sanitários que é toda despejada nelas, causando um mau cheiro insuportável, além do perigo de contração de doenças à que todos estão propensos.

Pedem que providências urgentes sejam tomadas uma vez que a situação vem se agravando dia-a-dia. Alegam que o pedido já foi feito diretamente à Prefeitura, porém não foi atendido.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4727

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Alcides Felinto Camargo, proximidades do n° 350, localizada no bairro Jardim Isaura, quanto a limpeza das valetas desta rua, bem como o aumento da profundidade das mesmas. Alegam que as valetas são muito rasas, e com chuvas fracas chega a alagar todo o local. Solicitam também que seja executada limpeza em vários terrenos baldios e ainda que a iluminação pública desta rua seja intensificada, pois encontra-se deficitária, causando muito medo e apreensão aos moradores à noite.

Pedem que suas reivindicações sejam atendidas, pois inúmeras pessoas serão beneficiadas com estas melhorias públicas.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4728

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais,

Curitiba, terça, em 30.11.93

REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido que de instrua a Companhia de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de sanar o problema que está ocorrendo na Rua XV de Novembro - Centro de Curitiba, em frente à Galeria Lustosa, quanto a uma caixa de fiação de energia elétrica.

Ocorre que onde fica a caixa de fiação, há um buraco, e a tampa que cobria o mesmo foi retirada pelos meninos de rua, tornando o local perigoso. O buraco tem aproximadamente 40 cm de profundidade e várias pessoas já caíram no local. Entre a Galeria Lustosa e a Loja Sonora, o solo cedeu formando outro buraco e as pessoas tropeçam, escorregam e chegam até a cair também.

O pedido foi feito por um transeunte, o qual solicita que providências urgentes sejam tomadas, antes que algum acontecimento mais grave venha ocorrer.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 4733

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Nizan Pereira Almeida, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros para obra de ampliação do Posto de Saúde do Município de Farol.

A presente solicitação visa melhorar o atendimento da área de saúde do município, que possui um único Posto de Saúde, sendo que, seu espaço físico se encontra deficitário para atender a população.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 4734

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Osmar Fernandes Dias, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a liberação de recursos financeiros destinados ao Programa de Manejo e Conservação de Solos e Água, no Município de Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 4735

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Ple-

Curitiba, terça, em 30.11.93

nário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. José Afonso Júnior, Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a implantação do Projeto Nossa Quadra no Município de Teixeira Soares.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 4738

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando atribuições conferidas pelo Regimento Interno, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião solicitando estudos por parte do Comando Policial do Interior, no sentido de destinar uma viatura para a Polícia Militar de Tibagi.

O referido Município de Tibagi possui uma das mais extensas áreas do Estado do Paraná. Não obstante, encontra dificuldades de locomoção todo policial para lá destacado, uma vez que existe apenas um veículo para todo o trabalho e em lastimável estado de conservação.

Conhecendo o alto espírito público que norteia o governador dos paranaenses, e a preocupação de Sua Excelência para com os problemas da Segurança Pública, apelamos aos demais Pares o apoio necessário para aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

REQUERIMENTO N° 4739

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Doutor Antenor Bonfim, Mui Digno Superintendente da Fundação LBA no Paraná, solicitando para o ano de 1994, um aumento nos valores pagos do convênio mantido com a Associação de Moradores do Bairro Alto em Antonina.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Ninguém consegue mais segurar a inflação, e diariamente os gêneros alimentícios, de primeira necessidade estão aumentando consideravelmente.

A Associação de Moradores do Bairro Alto, em Antonina, é a entidade mantenedora de uma creche. Um trabalho substancial, que funciona graças à abnegação de sua Diretoria e a colaboração voluntária de alguns moradores, onde aproximadamente 35 crianças recebem assistência completa.

Uma situação delicada, e na atualidade o Convênio existente com a Fundação Legião Brasileira de Assistência, embora seja esperado os valores gastos para a compra dos gêneros de primeira necessidade.

Assim, solicitamos que seja enviado um expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Antenor Bonfim, Mui Digno Superintendente da Fundação Legião Brasileira de Assistência no Paraná, solicitando que, para o ano de 1994, o convênio existente com a Associação de Moradores do Bairro Alto, seja aumentado, com isso possibilitando que a citada entidade possa assim melhorar o atendimento que vem dando à creche, naquela localidade, em Antonina.

REQUERIMENTO N° 4740

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Durval Matos do Amaral, Digníssimo Secretário do Trabalho e da Ação Social, solicitando um Auxílio Financeiro para a Associação de Moradores do Bairro Alto, em Antonina, para a manutenção da creche existente naquela localidade.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

É um trabalho dos mais profundos, e de sentido humanístico o que a Associação de Moradores do Bairro Alto, em Antonina, vem realizando com responsabilidade de gerir uma creche.

Diariamente são atendidas entre 20 a 30 crianças das famílias carentes, com educação, e ainda a alimentação. Uma ação de benemerência das mais produtivas, porém a Diretoria da Associação (Entidade Mantenedora), esbarra constantemente com a falta de recursos financeiros, porém isso não desanima; ao contrário, os estimula a continuar nessa campanha filantrópica.

Os recursos repassados através do Convênio mantido entre a Prefeitura e a Fundação LBA não são suficientes, e seria uma fonte alternativa a Secretaria do Trabalho e da Ação Social, a elaboração de um convênio, ou ainda um auxílio financeiro.

Seria fácil historiar ainda mais o incessante trabalho que a creche realiza, e por isso solicitamos que seja enviado um expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual José Durval Matos do Amaral, Digníssimo Secretário de Trabalho e da Ação Social, solicitando um auxílio financeiro à Associação dos Moradores do bairro Alto, em Antonina para a manutenção de creche existente no local.

REQUERIMENTO N° 4741

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão, nos

anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do artigo "Horácio Sabino Coimbra, Empresário e Patriota", de Léo de Almeida Neves, publicado no jornal Gazeta do Povo, página 20, edição de 29 de novembro de 1993.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) DIRCEU MANFRINATO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 706/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário ao Excentíssimo Senhor Doutor Cândido Garcia, Digníssimo Presidente da Associação Paranaense de Ensino e Cultura- APEC do Município de Umuarama.

Art. 2° - Este Projeto de Lei entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 707/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O artigo 2° da Lei Complementar n° 56/91, de 18 de fevereiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2° -.....

I - população estimada, superior a 2.800 (dois mil e oitocentos) habitantes;

II -.....

III-.....

IV - existência de comércio, indústria, produção agrícola e pecuária e quaisquer outras atividades que comprovem o potencial econômico-financeiro, garantindo auto-suficiência para seu pleno funcionamento e desenvolvimento.

V - capacidade de oferta de ensino público fundamental;

VI - capacidade de oferta de serviços públicos de saúde;

VII - existência de infra-estrutura básica, no tocante ao abastecimento de água potável e energia elétrica, abrangendo 100% (cem por cento) das casas residenciais e comerciais na sede;

VIII - existência de serviços telefônicos na sede do município.

§ 1° -

§ 2° - Os requisitos dos incisos I e III, serão apurados por órgão competente do Estado, o de n° II, pelo Tribunal Regional Eleitoral, os de n° IV e VIII serão comprovados pelas respectivas Secretarias de Estado ou órgãos oficiais aos quais

Curitiba, terça, em 30.11.93

estejam vinculados, com representação por escrito à Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) DUÍLIO GENARI

Apoiamento: Júlio Bifon, Anibal Khury, Djalma de Almeida César, Luiz Henrique Bona Turra, Toti Colaço.

JUSTIFICATIVA:

Com o presente projeto de lei, que altera alguns requisitos da Lei Complementar n° 56/91, pretendemos oferecer as condições mínimas para viabilizar a emancipação político-administrativa de grandes comunidades, que há muito vêm aguardando uma solução deste Poder Legislativo.

Referimo-nos em especial àqueles Distritos que já têm Resoluções aprovadas pela Casa e se encontram paralisados por detalhes, principalmente na questão de população.

Apurando números, sabe-se que o retorno de recursos - centralizados pela União - é bem maior com a criação de novos municípios, principalmente se tomando por exemplo, o Fundo de Participação dos Municípios. Ações políticas nesse sentido foram tomadas por outros Estados, em especial Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que viabilizaram a criação de inúmeros municípios e hoje são beneficiados com volume bem superior de recursos federais do que nosso Estado.

Outrossim, cabe ressaltar nesta justificativa, que países do Primeiro Mundo, reconhecidamente desenvolvidos, como Alemanha, França, Estados Unidos, entre outros, são constituídos por milhares de municípios, cuja comunidade, muitas com até menos de mil habitantes, têm total autonomia para gerir seu próprio desenvolvimento. Resultou daí a consolidação de seu progresso econômico e social.

Ainda cabe afirmar, que um maior número de municípios desencadeia o processo de aceleração do desenvolvimento de todo o Estado, principalmente pelo novo ânimo e conjunção de esforços de todos que habitam aquela unidade municipal, buscando conjuntamente encontrar a solução para os seus problemas.

PROJETO DE LEI N° 708/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Cianorte - PR, para atendimento ao Município e região circunvizinha.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Cianorte, com aproximadamente 75.000 habitantes situado na região Noroeste do Estado do Paraná, tornou-se um pólo regional, em virtude de seu crescimento na área da indústria de confecções, abrangendo cerca de 10 municípios circunvizinhos.

Por esta razão, a mulher cianortense e da região constituem uma força essencial e coadjuvante, participando ativamente como profissionais e em todos os segmentos da vida comunitária, sendo uma das parcelas vitais para o progresso municipal e regional.

No entanto, ela ainda sofre toda sorte de humilhações e atos de violência, tanto física quanto psicológica ou moral, provocados por preconceitos que renegam sua independência e participação igualitária na sociedade ativa.

Assim, é indispensável ampará-la com um órgão especial, como a Delegacia da Mulher, que, pelas suas funções institucionais previstas no art. 237, da Constituição Estadual, é especializada no trato de assuntos referentes à integridade física e moral da mulher, protegendo-a de qualquer tipo de agressão ou discriminação, especialmente a masculina, razão pela qual apresentamos o presente Projeto de Lei, que, se aprovado por esta Casa, virá beneficiar as mulheres do Município de Cianorte e região circunvizinha, que serão atendidas pela referida Delegacia.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, falo nesta tarde por delegação do ilustre Presidente do Bloco Parlamentar Municipalista, ilustre Deputado Toti Colaço. A imprensa nacional vem divulgando a pretensão de Sua Excelência Sr. Presidente da República, Itamar Franco e Sua Excelência, o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, de reduzir drasticamente o repasse de recursos aos Estados e Municípios, através de emenda constitucional.

Creemos que esta pretensão é por demais injusta, porque não adianta tirar do pobre e repassar ao miserável. Todos nós conhecemos e sabemos das reais dificuldades que atravessam Estados e Municípios, especialmente os municípios brasileiros, em função da recessão extraordinária que aí está, em função desta inflação que vem corroendo, não só o salário dos trabalhadores, também as receitas tributárias dos Estados e Municípios. Portanto, esta medida que a Pre-

sidência da República pretende tomar e está tomando, é realmente injusta. Injusta porque as dificuldades dos municípios e dos Estados, sem dúvida, são muito maiores do que a própria Nação brasileira que sabemos, não atravessa bom momento, mas é lá que existe a chave do Tesouro Nacional, é lá que existe sem dúvida nenhuma, o Banco Central. Por isso as dificuldades dos municípios são maiores. Daí vemos a necessidade de formarmos um bloco compacto, desde os Senhores Vereadores, vice-Prefeitos e prefeitos e Assembléias Legislativas, no sentido de rechaçarmos esta proposição do governo federal, quando de sua tramitação no Congresso Nacional.

Foram difíceis as conquistas do passado. Vários Deputados estaduais aqui presentes, prefeitos de 83-88, lutamos com garra, com muita força para as conquistas que vieram. Primeiro foi a reforma, a Emenda Constitucional nº 53/83 de autoria do Senador Passos Porto que deu um ganho real a cerca de quase 50% na receita do Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Conseguimos logo depois a Emenda Hilton Sandoval que houve um ganho de cerca de 10% do Fundo dos Estados e Municípios, que redundou em 1988 na Carta Constitucional, a reforma tributária tão esperada que há cerca de mais de 20 anos os municipalistas lutavam para uma reforma tributária. Esta conquista foi por demais importante, e não é justo que agora, apenas alguns anos depois, cinco anos, queiram retomar aquelas conquistas, que sem dúvida nenhuma têm feito com que Estados e Municípios possam ter melhores condições nas administrações públicas. Não seria justa esta tomada de posição, porque se isso vier a ocorrer, sem dúvida alguma estará decretando a falência dos estados e municípios, porque ainda hoje, mesmo com esta situação de vantagem da reforma tributária, ainda os municípios brasileiros, senão todos, cerca de 90% atravessam momentos de dificuldades reais.

(Passa a falar no Horário da Liderança do PMDB).

Como diríamos, não é justo, o sofrimento das administrações municipais é por demais grande, a receita tributária é insuficiente até para o pagamento das folhas de pagamento. Temos informações que alguns municípios, sobretudo os pequenos, estão atrasados de dois, três, quatro, até cinco meses, para a solvência dos seus compromissos com a folha de pagamento do pessoal.

Por isso, acreditamos, e sou do parecer que nós, os Deputados estaduais desta Assembléia devemos cerrar fileiras com Associações de Prefeitos, com as Associações dos Municípios do Paraná para que a nossa representação no Congresso Nacional, a

Bancada paranaense dos Srs. Deputados e Senadores possam, quando da entrada dessa medida antipática no Congresso Nacional, votarem contrariamente, mas não apenas votarem contrariamente, é necessário que haja um trabalho de cada um para que não tenha sucesso esta pretensão até absurda do Governo Federal, como disse, tirar de um pobre e dar a um miserável.

Por isso, Sra. e Srs. Deputados, Prezado Presidente, gostaríamos que um requerimento que estamos encaminhando à apreciação da Mesa e dos Srs. Deputados, tivesse aprovação e que Suas Excelências os Srs. Deputados e Senadores do nosso Estado, lá em Brasília, pudessem tomar conhecimento e lutarem conosco, lutarem com os Srs. Prefeitos, Srs. Vereadores, vice-Prefeitos, para que possamos conseguir sucesso nesta nossa idéia que é a determinação do Bloco Parlamentar Municipalista pelo qual falo neste instante.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

Muito obrigado, Sra. e Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Ainda no Horário do pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Alceu Swarowski.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, representantes da imprensa falada, escrita e televisada.

Os municípios brasileiros são o Brasil.

Efetivamente, os cento e cinquenta milhões de brasileiros vivem nas células municipais deixando nelas o suor do trabalho cotidiano, criando, educando os seus filhos, produzindo em benefício do nosso País visando, a antecipação do nosso amanhã.

Queremos, nesta oportunidade, Senhor Presidente, subscrever e concordar em gênero, número e grau com o brilhante pronunciamento do Deputado Eurides Moura no sentido de que todos nós nos unamos, junto com o Congresso Nacional, contra a pretensa emenda da redução de 15% nos recursos financeiros destinados aos Estados-membros da Federação e aos Municípios brasileiros. Porque, concordássemos com tal posição ainda não oficializada do Governo Itamar Franco, nós estaremos concordando com a morte da galinha dos ovos de ouro.

Diz a imprensa que os aposentados e pensionistas em 94 terão apenas os mesmos benefícios em termos reais do orçamento de 1993, penalizando-se, portanto, a parte mais fraca da população brasileira.

Haverá uma retenção por dois anos de 15% de toda a receita arrecadada pela União, inclusive as transferências constitucionais para os Estados e Municípios, para compor a reserva social de emergência

de quinze bilhões de dólares.

Haverá uma proibição da criação de novos gastos em 94 através da LDO.

E a inflação continua!

Proibida a participação do Governo Federal em investimentos estaduais e municipais também através da LDO.

Fim das transferências e recursos voluntários da União para os Estados e Municípios.

Daí o nosso protesto, Senhores Deputados, também no sentido de que se sensibilizem os órgãos federais no sentido de procurarem outras alternativas que não aquelas de diminuir, ainda mais, o repasse do dinheiro dos municípios nessa fase pré-falimentar de tantas e tantas comunas brasileiras. Arme-se um esquema melhor contra a sonegação dos super-ricos neste País que apenas representam 2% de toda população brasileira. Daí dizer-se que o Brasil sempre é o paraíso dos super-ricos.

Que se sensibilize também o Governo Federal para que faça, efetivamente, um pacto com as forças produtoras, um acordo de cavalheiros, junto ao Supremo Tribunal Federal, para que o dinheiro retido da CONFINS seja canalizado para os cofres oficiais; pagando o Governo as custas processuais e os horários advocatícios, sobejando ainda 70% daquela verba que está parada há meses e meses sem que o empresário nacional e sem que o Governo Nacional possam usar destes recursos.

Daí nós vemos a fragilidade jurídica do Governo Federal, em não respeitando o princípio da anterioridade legal, cair numa aventura do IPMF, tributando até os Municípios e Estados da Federação, quando são imunes a isso, dando a impressão de que muitos assessores das altas esferas do Governo Federal não querem que este País dê certo e que o Governo Federal volte-se, efetivamente, para a solução dos problemas nacionais. Queremos também, Senhor Presidente e Senhores Deputados, os votos de aplausos e de congratulações à feliz iniciativa da LBA do Paraná com apoio do Dr. Francisco da Cunha Pereira para a criação e instalação do Projeto Celeiro da Cidadania. Com a participação da Deputada Emilia Belinati, do Presidente desta Casa fomos ver de perto o lançamento deste grande instrumento do resgate da criança de 0 a 6 anos do Estado do Paraná, visando minimizar os problemas da mortalidade infantil e da desnutrição da criança paranaense.

"O Projeto Celeiro da Cidadania não tem a pretensão de ser o único e exclusivo instrumento de resolução dos problemas da criança de 0 a 6 anos de idade. Embora ambiciosa, é uma proposta viável: trazer mais de 600 mil crianças carentes nesta faixa etária para a creche em um prazo de 6 anos. É um desafio às pessoas e às

instituições públicas e privadas do Estado para eliminar essa chaga social que é a desnutrição e a mortalidade infantil. Acreditando nessa possibilidade e agindo para torná-la uma realidade, os paranaenses poderão dar ao Brasil um exemplo de que a assistência social pode combater as causas dos problemas e não apenas remediar os efeitos das crises sociais e econômicas.

Assim, o pacto social que ora se firma em torno do projeto Celeiro da Cidadania pode sinalizar para outros pactos e acordos que haverão de conduzir nosso País ao desenvolvimento político, social e econômico" e, principalmente, com maior justiça social onde a população se encontre com seus verdadeiros irmãos em igualdades de oportunidades para todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Erondy Silvério. O Deputado Erondy também usará o Horário do PTB.

O SR. TOTI COLAÇO - (Pela Ordem) - Sr. Presidente e Srs. Deputados gostaria de convidar os Deputados do Bloco Municipalista para uma reunião amanhã às 9:30 na Sala da CCJ, será uma importante reunião. Essa reunião foi solicitada pelo Deputado Ademar Traiano, assuntos da Região Oeste e Sudoeste do Estado, mas, ao mesmo tempo vamos tratar de assuntos a respeito da revisão constitucional.

Obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Li aqui no Jornal Indústria e Comércio uma entrevista que me deixou realmente entristecido. Entristecido porque ela foi concedida pelo Nobre Deputado Lourenço Fregonese. Deputado que eu respeito, Deputado que eu tenho estima, que é do meu Partido, e que não tinha o direito de distorcer aquilo que nós conversamos.

Quando o nobre Deputado me pediu para que acelerasse a tramitação do seu Projeto que quebra o sigilo bancário dos Srs. Deputados na Comissão de Justiça, eu fiz ver ao nobre Deputado que o seu Projeto era inconstitucional. Ele disse: "não, mas o Senador Pedro Simon apresentou um Projeto de Lei, no Senado, revogando a lei que assegura o sigilo bancário". Perfeitamente. Quando este Projeto for aprovado, quando a Câmara também apreciá-lo, quando ele for sancionado pelo Sr. Presidente da República e publicado no Diário Oficial, a lei é perfeitamente factível. Nós imediatamente, daremos curso à tramitação da mesma.

Então, o nobre Deputado disse, aqui, que nós deveríamos para economizar tempo,

aprovar na Comissão de Justiça e deixar aguardando na Comissão de Justiça, que a Lei do Deputado Pedro Simon fosse aprovada e publicada no Diário Oficial.

Só que isto não existe, regimentalmente. O projeto ou é constitucional ou não é. E a Lei nº 4595, de 1964, que estabelece o sistema financeiro nacional, no seu artigo 38 é claro, quando diz: "As instituições financeiras conservarão sigilo em duas operações ativas e passivas e serviços prestados". E no § 7º da Lei, ainda diz: "A quebra do sigilo de que trata este artigo constitui crime e sujeita os responsáveis à pena de reclusão de 1 a 4 anos". E aí vai, por diante.

Então, eu acho que o nobre Deputado foi injusto. E não há receio nenhum de nenhum dos Srs. Deputados que compõem este plenário, em apreciar, em analisar o Projeto de sua autoria, que é bom. Eu considero bom! E para provar ao nobre Deputado Lourenço Fregonese de que eu não estou, como ele diz nas entrelinhas de sua entrevista, eu não estou com receio de que este Projeto seja aprovado pela Casa, eu vou encaminhar, agora, à guarda do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, a seguinte autorização: "Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Autorização. Pela presente, autorizo V.Exa. se assim o desejar ou se necessário for, a solicitar a qualquer banco, no território nacional ou no exterior, extrato de movimentação de minhas contas correntes nos últimos 40 anos".

Encaminho este documento, que ficará à guarda do Presidente do Poder, para provar que eu não tenho nenhum receio. Minha vida pública é limpa! Agora, o que eu não posso, para agradar um companheiro de Partido ou agradar um Deputado bem intencionado, diga-se de passagem, porque eu vejo boas intenções no Projeto do nobre Deputado Lourenço Fregonese, para dar curso a uma proposição absolutamente inconstitucional. Porque não cabe ao Poder Legislativo Estadual estabelecer quebra de sigilo bancário de quem quer que seja, contrapor-se à Lei 4.595, que é a lei que institui o sistema financeiro nacional, é uma lei séria. Todo o sistema financeiro nacional, nestes últimos 29 anos, que é a idade que a lei tem, todo o sistema financeiro nacional é estruturado na Lei 4595! Não há como, não tem jeito, não há condições desta Casa apreciar o Projeto do nobre Deputado Lourenço Fregonese, sem que ele passe pela Comissão de Justiça, sem que ele receba parecer favorável e que ele venha a Plenário.

Ora! Para receber o Parecer favorável da Comissão de Justiça, é necessário que seja revogada a Lei 4595. Não só aprovado no Senado, porque nós temos um sistema bi-

cameral. Aprovado no Senado, ele irá à Câmara dos Deputados. Aprovado na Câmara dos Deputados ele irá à sanção presidencial. E depois, a publicação no Diário Oficial, então a lei estará aprovada e pronta para entrar em vigor, daí cabe ao Deputado Lourenço Fregonese insistir para que o seu projeto tenha tramitação o mais rápido possível neste Poder e quero desde já adiantar ao nobre Deputado, que reconhecendo as suas boas intenções reconhecendo o seu desejo de tornar a vida, principalmente a vida parlamentar, que ela não seja acusada de nenhuma mácula, que haja a mais absoluta transparência na situação dos Senhores parlamentares, eu votarei favoravelmente, faço antecipadamente a minha declaração de voto. Votarei favoravelmente ao projeto do nobre Deputado. Agora o que eu não posso e lamento que ele tenha cometido essa injustiça, contra esse Deputado que não tem interesse e não teve até agora de engavetar nenhuma proposição apresentada neste plenário pelos Senhores Deputados.

A CCJ, como anteriormente na gestão do Presidente Colombino Grassano, é uma comissão de que deve se orgulhar o Poder Legislativo, porque funciona todas as terças-feiras, são inúmeros projetos que recebem o crivo da CCJ. Nenhum projeto parou até hoje por má-fé de nenhum dos membros da CCJ.

Por isso, eu quero esclarecer à Casa e a imprensa do meu Estado, que eu considero a imprensa a verdadeira orientadora da opinião pública, para que desfaça esse crivo, para que esclareça os fatos, para que não paire nenhuma dúvida sobre a posição moral deste Deputado.

Tanto isto é verdade que eu encaminho à Mesa, pode ser um gesto quixotesco, não é um gesto quixotesco. Eu encaminho à Mesa desde já como prova, que não estou segurando, que não estou criando obstáculo, que não estou embarçando a tramitação dessa proposição do Deputado Lourenço Fregonese, eu encaminho uma autorização de quebra do meu sigilo bancário no instante em que a Comissão Executiva achar necessário, nos últimos quarenta anos, porque completo no próximo ano, graças ao bom Deus e a bondade do povo do Paraná, quarenta anos de mandato legislativo.

Portanto, nesses quarenta anos eu não tenho nada a esconder e nada a temer.

Eram essas as palavras, Senhor Presidente, que eu queria esclarecer ao Plenário e ao nobre Deputado Lourenço Fregonese, por quem eu tenho uma estima quase paternal, tenho muita estima, e fiquei muito aborrecido com essa entrevista, porque ela não condiz com a realidade, porque ela não expressa o que realmente está ocorrendo com o projeto de autoria do nobre Deputa-

do.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Escutei com muita atenção as palavras proferidas pelo decano Deputado Erondy Silvério, ao qual guardo muito respeito, tem uma vida de trabalhos realizados pelo Paraná, pela Assembléia Legislativa do Estado, só que me reservo ao direito de discordar do ilustre Deputado que entendo que o Projeto de Lei proposto por mim depende da ratificação de um projeto de igual teor que corre no Senado Federal do Senador Pedro Simon, e que tem como Relator o Senador Mário Covas.

A Lei não será revogada, a Lei do Sigilo Bancário.

Será, acrescentado apenas um parágrafo aonde quebraria o sigilo bancário Presidente da República, Ministros de Estados, Presidentes das Estatais, Presidente da administração direta e indireta e Presidente de Partido.

O meu projeto, em âmbito estadual, também apresentaria neste sentido. Não vejo o projeto como inconstitucional. Pode sim o projeto ter alguns problemas de ordem regimental, mas como nós sabemos que nesta Casa, às vezes, por lapso, o Regimento não é tratado à risca, a minha intenção era que nós Deputados mostrássemos a todo o Brasil que aqui no Paraná não existe problema algum com qualquer Deputado que seja.

Semelhante ao Deputado Erondy Silvério que também me tem como um filho e eu o tenho como um pai, apresento a esta Mesa, uma carta assinada autorizando a Assembléia Legislativa e qualquer pessoa a quebrar as minhas contas bancárias de toda minha existência.

O que quero é que a transparência venha ao Estado do Paraná e venha ao Brasil. Não admito, como não admitem os Senhores Deputados que a classe política seja mal interpretada, seja enxovalhada por alguns maus políticos que existem em todos os Estados e também em Brasília.

Por isso, Deputado Erondy Silvério, o Senhor foi injusto e eu reconsidero, mas não acredito que meu projeto seja inconstitucional.

Meu projeto pode esbarrar regimentalmente, mas na Constituição ele não esbarra em hipótese nenhuma.

Senhores Deputados, é hora do Parlamento do Paraná levantar e não admitir mais que as pessoas passem nos quatro cantos do Estado e digam: todos os políti-

cos são ladrões, são e mal intencionados. Conheço muitos Deputados da Assembléia Legislativa do Paraná e não acredito que esta pecha de corruptos, ladrões e mal intencionados pertençam à Assembléia Legislativa.

Um dos maiores algozes que hoje tem o Brasil, que tem o Poder Judiciário é o Governador Roberto Requião, alguns dias atrás nesta Casa disse que tinha orgulho da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, da sua Situação e da sua Oposição, com este projeto e com esta carta nós queremos que todo o Paraná, que toda a opinião pública saibam realmente quem são os seus representantes. E qualquer um dos Senhores, qualquer pessoa da imprensa, qualquer pessoa do povo e a Mesa Executiva da Assembléia que queiram abrir as minhas contas, das minhas empresas, a partir deste instante estão autorizadas até o último dia do meu mandato.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno a palavra é concedida ao Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Um jornalista venal, o já conhecido PC Pedron, busca através de calúnia, de inverdades e distorções atingir e macular este Deputado. Trata-se de um aventureiro, de um arrivista sem qualquer expressão jornalística, mas que não pode mais continuar cometendo crimes sem a devida punição exemplar. Assim sendo Sr. Presidente, Srs. Deputados, poderia iniciar esta minha intervenção na Tribuna desta Casa para classificar este jornalista venal, de uma porção de adjetivos. Mas em respeito ao conjunto dos profissionais que integra o atuante comitê de imprensa da Assembléia Legislativa, vou ficar apenas nas denúncias contra PC Pedron que logo mais as colocarei para os Senhores, e vou rebater uma a uma todas as inverdades publicadas no Jornal do Estado; por PC Pedron e pela sua colega de redação Tatiane Passos: Senhor Presidente, Senhores Deputados, chegou a hora de tirar a máscara deste tal que se intitula jornalista e utiliza de um espaço num jornal para se investir contra pessoas de bem. Estou falando de Paulo Cesar Pedron, conhecido nas rodas de colegas como PC Pedron. Por não conseguir realizar um acerto na ordem de 10 mil dólares, junto ao meu chefe de gabinete, no dia 17 de novembro, para que o jornal do Estado não publicasse denúncias contra minha pessoa, o tal de PC Pedron, orientando a sua colega Tatiane Passos, passou a publicar uma série de inverdades tentando denegrir minha imagem. Tanto o meu chefe de gabinete João Batista Lopes, quanto o presidente da

zonal 145, do Partido Progressista, Jorge Webber, presenciaram a tentativa de extorsão, cuja ação criminal já se encontra em andamento: depois da frustrada tentativa de extorsão, o PC Pedron, procurou o Prefeito de Mandirituba, conforme pode ser constatado, no programa veiculado na Rádio Panorama, no dia 19 de novembro de 1993 iniciado às 12:30 sob o comando da incompetência de Palu e Chemin. Neste programa, o Prefeito confirma que foi procurado por PC Pedron que ofereceu uma equipe do "Jornal do Estado" para fazer denúncias contra este Deputado.

No que se deu o encontro dos dois picaretas, a partir daí passaram a quebrar pedras no intuito de encontrar algo que poderia me incriminar. Como nada havia de concreto apelarem para a difamação e calú-

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este tal de PC Pedron já está nas malhas da justiça. Corre um indiciamento seu em inquérito policial, número 000174/93, instaurado em 25 de maio deste ano, enquadrando-o no artigo 21 e 22 da Lei nº 5250/67, no Quarto Distrito Policial de Curitiba.

Portanto, um elemento desqualificado e desacreditado devido a sua péssima reputação pública. E agora Senhores, ao banalizar suas intenções venais tentando atingir pessoas honradas, o indivíduo PC Pedron não pode mais passar impune. É com muita firmeza que lanço mão deste processo criminal porque a imprensa paranaense não pode conviver com este tipo de profissional. Mas, tenho esperança que dentro de breve haveremos de assistir a sua condenação, porque aqui se faz mas aqui também se paga. E a justiça haverá de puni-lo exemplarmente.

Como democrata convicto acredito nas instituições. Acredito na imprensa livre e na liberdade de expressão. Acredito e defendendo estas prerrogativas conquistadas a custo de muita luta e de muito sangue. Porém estes instrumentos não podem e não devem ser utilizados para campanhas sórdidas contra pessoas de bem.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tenho um profundo respeito pelos profissionais que integram este chamado "Quarto Poder". Como Deputado sempre procurei valorizar as homenagens aos nossos concidadãos. Nos meus três anos de mandato encaminhei um único projeto de lei propondo Título de Cidadão Honorário do Paraná. E este título foi exatamente para um grande jornalista paranaense, o Emir Sfair, proprietário do Jornal "O Paraná" de Cascavel.

Além disto, nestes anos de luta e de vida pública aprendi a cultivar o respeito por homens honestos e honrados como o Dr.

Francisco Cunha Pereira Filho, Dr. Abdo Kudri, Dr. Paulo Pimentel, Dr. Odone Fortes Martins, Dr. João Milanez, Alfeu Cezarine, Frank Silva, Pedro Mufato, Silvio Sebastiani, Cândido Chagas e tantos outros que o Paraná tanto deve no engrandecimento das letras e das informações do nosso Estado. Senhores, eu lamento que o tal PC Pedron não tenha se dirigido diretamente a minha pessoa e contando suas dificuldades financeiras, quem sabe eu pudesse ajudá-lo de alguma forma, talvez até emprestando-lhe uma certa quantia em dinheiro. Isto faz parte da solidariedade entre as pessoas. Mas, nesta altura dos acontecimentos já não poderemos fazer outra coisa a não ser remeter este caso, com os devidos documentos, cujas cópias encaminhei à Presidência desta Casa, para justiça. Pedirei ao Sindicato Jornalista que tomem providências sobre este mau profissional.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No entanto, é calcado no respeito aos amigos jornalistas que diariamente acompanham os acontecimentos desta Casa, como o Luiz Geraldo Mazza, o Walmor Marcelino, o Carlos Lacerda, nosso querido Caco, o Enock Lima, o Clóvis Stadler, o Jamur Junior, o Wanderlei Rebelo, o Francisco Quadro, a Betinha, o Pena, Pedro Arlan, a Roseli Abrrão, o Renato Barrozo, o Jorge Kudri, o Rafael de Lala, e ainda ao meu amigo de saudosa memória Wilmar Sauner, entre outros é que venho até a esta tribuna dar as minhas sinceras explicações e mostrar as verdadeiras faces dos meus adversários.

Quero iniciar traçando um perfil dos dois incompetentes de Mandirituba, o Palu e o Chemin. Estes são os principais adversários que ao lado do PC Pedron são responsáveis pela onda de calúnia e difamação contra minha pessoa. Um deles é atualmente o Secretário da Prefeitura de Mandirituba, Luiz Claudio Chemin Claudino ele era na época em que eu estava à frente da Prefeitura-Vereador da cidade e conforme as atas da Câmara Municipal, era o meu maior bajulador.

Certo com isto, que eu iria apoiá-lo como candidato a minha sucessão. Ao tomar conhecimento da minha negativa se tornou o maior adversário político que alguém possa ter. E de lá para cá, não poupa calúnia e difamação, sobre este Deputado. Quero dizer porque não o apoiei como candidato a Prefeito. Por se tratar de uma figura folclórica tida como deflexível em matéria de compostura viril. E ao tentar disputar contra o meu candidato sucessor, o dito, com apoio dos ricos, amargou uma derrota fragorosa que está na história de Mandirituba.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o atual Prefeito Palu, analfabeto, tem problemas pessoais com este Deputado, vis-

to que seu pai que na época era meu vice-Prefeito não se comportou com a ética necessária à função pública, quando por uma ocasião afastei-me do cargo por 30 dias. Ao constatar diversas irregularidades, vi-me forçado a afastá-lo da Direção do Hospital Municipal. Trata-se realmente de uma família que desde que existe Mandirituba tem seus membros envolvidos na política do município quer como Vereador, Vice e agora como Prefeito titular sempre à sombra do dinheiro público da cidade.

Aos chantagistas do Jornal do Estado, especificamente o tal de PC Pedron e Tattiana Passos. Ao atual Prefeito, conhecido como gigolô do município, desprovido Chemim um aviso: Já ingressei ação penal de tentativa de extorsão, calúnia e difamação nos órgãos competentes e faço uma proposta ao Prefeito gigolô; como ele disse, e se for verdade que deixei uma dívida de 3 milhões de dólares, que recebi dinheiro da FUNDEPAR para construir quadras esportivas, e que teria transferido dinheiro da Prefeitura para o meu bolso, então renunciarei o meu mandato. Porém exijo que o mesmo se comprometa publicamente que se suas declarações não forem verdadeiras que também se comprometa a deixar o seu cargo de Prefeito. E o jornalista que fosse também viver de outros afazeres:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quanto as mentiras publicadas de que teria um pedido nesta Casa para autorizar licença para que este Deputado pudesse ser processado, evoco os testemunhos dos Senhores, para mais uma vez registrar a calúnia lastreada no ódio e na má-fé. Mas certamente, mais uma vez pela leviandade dos meus adversários talvez seja possível que não demora e chegue até aqui semelhante pedido. Devo dizer que abro mão de qualquer resistência e pediria aos Senhores Deputados para que acelerem o pedido que chegar até esta Casa reivindicando qualquer processo sobre minha pessoa. Somente não abrirei mão de minha imunidade parlamentar se tiver que em legítima defesa que matar um destes vagabundos no meu exercício de mandato outorgado pelo povo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, vou a partir de agora listar as acusações infundadas e rebatê-las apenas para que a opinião pública saiba o lado da verdadeira informação.

1 - O Senhor PC Pedron do Jornal do Estado afirmou que chegou até a Assembléia Legislativa um pedido para que eu fosse liberado da minha imunidade parlamentar para que fosse processado.

Pergunto, Senhor Presidente, há algum pedido a respeito do Deputado Cartário a se processar por quem quer que seja? Mas foi publicado e falado no programa do Deputado Algaci Túlio.

E fique bem claro, Senhor Presidente, se chegar algum pedido para que esse Deputado seja processado eu vou exigir que imediatamente a Assembléia aprove e concorde. Imediatamente. Só mesmo a minha imunidade física é que não abro mão, o restante estou abrindo totalmente.

E quero aqui dar um aparte ao que eu escrevi para ler, dizendo que sou totalmente favorável ao Deputado Fregonese no sentido de se quebrar o sigilo bancário, a exemplo do Deputado Erondy Silvério amanhã também estarei entregando a minha autorização de quebra de sigilo bancário, o que será fácil para mim porque só trabalho com um banco, o Banco BAMERINDUS, e só com uma agência do banco, a agência BAMERINDUS aqui na Prefeitura de Curitiba. É a única que tenho, nenhum outro banco eu tenho conta. Então fica bem claro, patenteado. É só um banco, só uma agência, em meu nome e em nome das minhas empresas.

Mentira descarada. Nunca chegou nada neste sentido até a Comissão Executiva ou em qualquer departamento da Assembléia Legislativa. Até mesmo porque se isto viesse acontecer eu seria o primeiro a abrir mão da minha imunidade Parlamentar para assim responder a qualquer ação que porventura estivesse em andamento.

2 - Afirma o Sr. PC Pedron que este Deputado é "mediocre", visando atingir gratuitamente minha dignidade: não sabe o Sr. PC Pedron que este Parlamentar goza de um excelente prestígio junto aos seus colegas no Legislativo Estadual. Tanto é que poucos Deputados desta Casa tiveram a mesma sorte de acumular um currículo tão gratificante de primeira legislatura. Líder de Bancada durante 02 anos e mais 02 de vice-Presidente da Assembléia Legislativa.

Listo aqui os meus Projetos de Lei até o momento apresentados na Assembléia Legislativa: Período Legislativo de 1991/1992 - 22 Projetos.

Destaques:

- a) dispõe sobre recursos da SERLOPAR;
- b) concede redução ICMS - oferta de emprego para menores;
- c) autoriza o Poder Executivo custear tratamento de doenças graves a servidores;
- d) cria o Sistema Estadual de Crédito Educativo;
- e) cria a Universidade Metropolitana de Curitiba;
- f) organizar o período letivo;
- g) transferência em autarquia - a COMEC;
- h) transferência em autarquia - a EMATER;

Período Legislativo de 1992/1993 - 29 Projetos.

Destaques:

- a) autoriza o Poder Executivo a sus-

pendar todas as restrições ao transporte coletivo intermunicipal;

b) autoriza o Poder Executivo doar imóvel para hospital em Matinhos;

c) faculta atendimento hospitalar a funcionários lotados na mesma unidade;

d) inclusão dos Municípios de Quitandinha, Tijucas do Sul e Agudos do Sul a Região Metropolitana de Curitiba - RMC;

e) transformar a Escola Correccional "Queiroz Filho" em Educandário "São Francisco".

Total até 11/93 - 51 Projetos de Lei Citei alguns.

Projetos de destaques - 13 Projetos.

3 - Outro absurdo. O Senhor PC Pedron e a Jornalista Tatiana Passos, está orquestrada por aquele, afirmam com base em inverdades que deixei uma dívida de três milhões de dólares enquanto Prefeito da Cidade de Mandirituba: mentira, a dívida da Prefeitura de Mandirituba, compreendendo o período de 1983 e 1988, quando exerci o cargo de Prefeito, é a mesma que quase a maioria dos Prefeitos do Paraná contraiu, naquela época; através de assistência aos municípios. E hoje, através de informações do BANESTADO, esta dívida chega ao valor de 17 milhões de cruzeiros reais, aproximadamente ou seja, de três milhões de dólares cair para oitenta mil dólares. Dívida contraída dentro da capacidade de endividamento do Município, cujo prazo para amortização é de 10 anos. Outro financiamento feito junto a Caixa Econômica Federal, aprovado pelo Senado da República, já foi totalmente quitado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

4. O PC Pedron afirma que nada fez pelo Município quando Prefeito de Mandirituba, construí sem empreiteira, dando serviço ao povo da Cidade, valorizando as pessoas locais, e comprando materiais na localidade. Vou refrescar a fraca memória de PC Pedron e dos meus eventuais adversários. Foram seis anos de administração de Geraldo Cartário que proporcionaram ao povo melhores condições de vida com saúde, educação, transporte e segurança a custo zero. Idéias criativas amplamente divulgadas pela imprensa nacional e copiadas por outras cidades brasileiras.

Vamos aos números: construí 140 salas de aulas, dois terminais rodoviários, um hospital municipal, o prédio da Prefeitura e da Câmara Municipal, viabilizei a desapropriação de cinco alqueires no Parque Verde.

Equipei a administração pública, com máquinas e recursos humanos. Levantamos obras nos distritos de Meleiro, Areia Branca, Palermo, Tronco, Guapira, Avençal, Espigão das Antas, Lagoa dos Ferreiras,

Areia Branca dos Assis, Santo Amaro I, Campestre dos Paulas, Rocinha, Barco, Mato Branco dos Carvalho, Diamante, Fula, Chimboveiro, Rio das Antas, Santo Amaro, Areia Branca dos Nogueira e Silvestre, Quatro Pinheiro, Colônia Matos, Rio Abaixo, Campestrinho, Ganchinho, Passo Amarelo, Conjunto Barcelona, Retiro, Jardim Brilhante, Vila Claudino, Colônia Lima, São João, Santa Fé, Jardim Eucaliptos, Hortência I e II, Jardim Esplanada, Jardim Primavera, Campo do Rio, São Sebastião, Campo da Cruz, Parque Verde. Realizei obras como praça do Colombo, a Casa das Irmãs, o Centro Social, a Delegacia de Polícia, o Hospital e Pronto Socorro, prédios do Correio e TELEPAR, obras no Cemitério Municipal, ampliação na Rede Telefônica e Elétrica, implementos na Chácara Municipal. Implantei o Parque Industrial, criei o Conselho Comunitário, promovi a integração de Mandirituba com Curitiba. Até hoje é o único Município ainda que tem o transporte integrado em todo o Paraná, fazendo a grande Curitiba, onde é a URBS que comanda, graças ao então Prefeito, hoje Governador Roberto Requião.

Pavimentei várias ruas e rodovias, construí postos de saúde, e creches e ampliei o patrimônio municipal. Além de várias outras ações políticas e administrativas, como por exemplo, o transporte coletivo gratuito.

Eram vinte e dois anos transportando gratuitamente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados 5. Quanto as acusações cínicas e mentirosas de PC Pedron a respeito de malversação de dinheiro público na minha administração; devo lembrar que:

a) conforme documento em anexo, a FUNDEPAR declara que de 1.983 a 1988, período em que fui Prefeito, não liberou qualquer empréstimo para quadra de esportes para aquele Município: nenhum centavo. Está aqui a documentação para mostrar a seguir.

b) quanto a fantasiosa denúncia que eu teria repassado recursos da Prefeitura para conta de algumas empresas de minha propriedade (esclareço que já solicitei ao BANESTADO documentos que comprovam que todo dinheiro que porventura tenha sido depositado nas contas das empresas foi imediatamente repassado para a conta da Prefeitura. Este artifício foi utilizado para poder realizar empréstimo - já que por lei a Prefeitura estava impedida de realizar tal operação - e desta forma poder pagar o funcionalismo público municipal em dia).

c) os empréstimos se deram em virtude da receita de Mandirituba; agregando o fundo de participação e os demais impostos, no serem compatíveis com a demanda de investimentos públicos e com a obrigação

de cobrir a folha de pagamento dos servidores municipais, o que fiz sem atraso nos meus seis anos de administração, pagando sempre em dia.

5) Por que o Senhor PC Pedron me classificou como "Coronel de Mandirituba"?

Apenas para mais uma vez atingir-me gratuitamente. Mas não sabe talvez o Jornalista venal que com pessoas honestas não se faz calúnias sem ter a resposta a altura. A inveja e a traição são os principais ingredientes de tal campanha caluniosa. E quanto mais tentam atingir-me mais tenho conquistado prestígio e espaço político, junto à população, senão vejamos: em memória do meu amigo Arnaldo Busato, que tanto me incentivou a entrar na vida pública, candidatei-me Vereador de Mandirituba e fui eleito. Quando os meus adversários faziam bolsa de aposta que nunca mais elegeria-me a qualquer cargo, outra vez fui colocado, através das urnas, na Câmara Municipal, sendo o Vereador mais votado. Outra vez, uma sórdida campanha contra minha pessoa anunciava que ninguém mais votaria em mim. Então candidatei-me a Prefeito e fui eleito com a grande maioria dos votos, apesar de ser do PDS, enquanto todos iriam votar no PMDB, devo lembrar que tinha na vice-Prefeitura o pai do atual Prefeito. Veja o porquê de tanto ódio quanto a mim. Durante o exercício do mandato precisei ausentar-me de Mandirituba assumindo o pai de Palu. Foi o que bastou para que dentro de poucos dias fosse registrado um rol de irregularidades. E, por último, para o desespero dos meus adversários, o povo de Mandirituba reconhecendo meu trabalho elegeu-me Deputado Estadual. E, outra vez, o meu candidato a Prefeito por mim foi apoiado e eleito. Mesmo que eles queiram e façam tudo para tentar prejudicar-me, serei reeleito nas próximas eleições, peço apenas uma coisa: Senhores contemham esta ira e procurem uma cura para dor de cotovelo. O melhor remédio é trabalho, trabalho, trabalho.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a verdade sempre prevalecerá, por maior que seja a força, a verdade vencerá, e os mentirosos se calarão, ficando apenas com o sentimento de perda de tempo e mesquinha, nada construindo, só tentando diminuir o tempo de homens honrados que respeitam a sociedade e a família.

Tenho em mãos documentos: primeiro, o inquérito que prova que PC Pedron foi acionado. Está aqui. Segundo, uma declaração do Presidente da Câmara Municipal daquela época, que se tornou meu adversário, inclusive parente dos que me acusam. Diz o Presidente da Câmara:

(Lê):

"DECLARAÇÃO:

Eu, JORDAO GREGÓRIO BARBOSA, declaro para os devidos fins que, exerci o cargo de Vereador da Câmara Municipal de Mandirituba, da qual fui Secretário e Presidente, na gestão do ex-Prefeito Municipal Geraldo Cartário Ribeiro tendo conhecimento da solicitação da antecipação da receita baseada em verba alocada e não liberada do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, que autorizava o empréstimo a uma empresa, visto que não poderia fazer diretamente com a Prefeitura por impedimento legal, e assim exigia como garantia, para antecipação da verba prevista para a Prefeitura Municipal, fosse feito através de empresa e que o Prefeito autorizasse antecipadamente a transferência quando da chegada da verba, para pagamento do título; cujo montante do empréstimo havia sido creditado à Prefeitura.

Outrossim, declaro que participei juntamente com o então Prefeito junto ao BANESTADO para a liberação desses empréstimos, para ser usado no pagamento de funcionários municipais e também de credores diversos, sendo o fato de conhecimento da maioria dos Vereadores da época.

Por ser verdade, firmo a presente declaração para que surta os efeitos legais.

Curitiba, 24 de novembro de 1993.

(a) JORDAO GREGÓRIO BARBOSA

DECLARAÇÃO:

Eu, MILTON DE OLIVEIRA MOTA, declaro para os devidos fins que exerci o cargo de Gerente Administrativo, matrícula 0554-A, na agência do BANESTADO em Mandirituba-Pr, em atendimento e instruções recebidas da Diretoria de Crédito Geral, efetuei algumas operações para a Prefeitura Municipal de Mandirituba através das firmas Cartário Empreendimentos Imobiliários e Cartário S/C Ltda, cujos recursos eram creditados e repassados para a Prefeitura Municipal de Mandirituba e recebia como garantia exigida da operação, autorização de transferência, assinada pelo então Prefeito Geraldo Cartário Ribeiro para o respectivo pagamento do título de empréstimo feitos pelas referidas empresas, tão logo chegasse a verba especial a favor da Prefeitura Municipal de Mandirituba.

Outrossim, era de nosso conhecimento que os referidos empréstimos eram sempre usados para pagamento de funcionários e até mesmo de outras despesas municipais.

E por ser verdade, firmo a presente declaração, para que surta os efeitos legais.

Curitiba, 24 de novembro de 1993.

(a) MILTON DE OLIVEIRA MOTA

Gerente do Banco do Estado - Mandirituba"

E até quero explicar que na semana

passada eu não vim não foi só para buscar esses documentos, é que eu tive que ir para Maringá e aproveitei para agradecer ao Júlio Bifon que me entrevistou em seu programa de televisão.

"DECLARAÇÃO:

Eu, JOAO BATISTA LOPES, brasileiro, casado, portador da RG 690.014/Pr, residente e domiciliado nesta Capital, Chefe de Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, declara que:

No dia 17.11.93, nas dependências da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, foi abordado pelo Senhor Paulo Pedron, funcionário do Jornal do Estado, que falou na íntegra: "Olha João, a Diretoria do Jornal do Estado, mandou descer o pau no Cartário, fazer notícias contra o Deputado todos os dias; pergunto eu por que, Pedron? Pedron responde: porque o Prefeito Cartário Júnior deu emprego para o Rui Barroso, filho adotivo e que tem uma briga com a família, mas eu nem sei se este rapaz está trabalhando com o Prefeito. Então o Pedron disse que precisava falar em particular comigo, eu disse o que é, então ele disse: Eu posso evitar que saia as notícias, eu disse como, e então ele me disse: Eu quero algum dinheiro, tipo US\$ 10.000 (dez mil dólares), eu disse: mas o Deputado não tem e nem vai pagar, mas em todo o caso, eu vou falar com o Deputado, nisso ia passando o Senhor Claudimir Jorge Webber, assessor do Deputado para assuntos políticos na 145ª zonal, então eu chamei o Jorge e contei a proposta, o Jorge disse que era muito dinheiro, mas o Pedron disse que poderia ser parcelado em 4 (quatro) vezes de US\$ 2.500 (dois mil e quinhentos dólares), por mês. Então, eu contei o ocorrido para o Deputado Cartário.

E por ser verdade, firmo a presente declaração, para que surta os efeitos legais.

Curitiba, 22 de novembro de 1993.

(a) JOAO BATISTA LOPES"

Aqui outro documento assinado por Maurício Requião de Mello e Silva. Porque eles falaram no jornal que eu recebi verba para construir quadra de esporte no meu mandato de Prefeito.

"DECLARAÇÃO:

Declaramos para os devidos fins que, conforme informação nº 030/93, do Departamento de Engenharia-Divisão de Obras deste Instituto, cópia em anexo, não há referência a convênio firmado entre a FUNDEPAR e a Prefeitura Municipal de Mandirituba para a execução de quadras esportivas no período de janeiro/83 a dezembro/1988.

Por ser verdade, assinamos a presente.

Curitiba, 22 de novembro de 1993.

(a) MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Diretor-Presidente"

Mais um documento oficial do que foi publicado no jornal. Está aqui o laudo técnico da FUNDEPAR. Levantaram durante três dias. Depois que o laudo técnico assinado por Abelardo Motter, entregue a Maurício Requião, daí que ele expediu documento para mim, está aqui.

Outro documento do Banco do Estado do Paraná, quando dizem que é três milhões de dólares, está aqui Contrato 235/86 data final 20.08.96, está lá no jornal que a minha dívida vai até o ano dois mil e não sei quanto, está aqui, documentos todos oficiais.

Dívida hoje, valor da prestação hoje oitenta e seis mil cruzeiros, dívida total do empréstimo feito por este Deputado em 86, se fosse para pagar hoje junto ao Banco do Estado, mas tem mais prazo para pagar três milhões, novecentos e sessenta e quatro, tem mais um outro que a prestação é de sessenta e dois mil, dívida total dois milhões, duzentos e setenta e cinco e a maior é esta contraída em 88 que é uma dívida também, tudo pelo PRAM que é a dívida de doze milhões, trezentos e vinte e cinco mil cruzeiros, toda soma da dívida que eu deixei dá precisamente dezoito milhões de cruzeiros reais, dá aproximadamente oitenta mil dólares e eles estão falando abertamente que é três milhões de dólares e a dívida é oitenta mil dólares.

Outro documento que está em minhas mãos é o pronunciamento do Prefeito de Mandirituba que diz que foi procurado pelo Senhor PC Pedron para levantar tudo contra o Deputado Cartário, está aqui e a fita está em meu poder.

Quer dizer não houve interesse do prefeito de Mandirituba de procurar o jornal para agredir esse Deputado, o interesse partiu do jornal que lá foi em Mandirituba e inventaram que estavam documentos jogados, eu fui Prefeito há onze anos atrás e todos, aqui têm diversos ex-Prefeitos, todo o mês o Prefeito apresenta balancete e encaminha ao Tribunal de Contas e afirma lá está, não há o que esconder absolutamente nada, no entanto aqui está o programa produzido lá na Cidade de Mandirituba aonde ele diz que se surpreendeu inclusive com a presença desse jornalista.

Senhores Deputados.

Eu queria para terminar dizer que eu aprendi fazer política de baixo para cima. Eu realmente já estou cansado com muita política, especialmente esta fase que estou passando.

O Senhor PC Pedron descobriu que tem um médico que eu afastei do Hospital de Mandirituba, porque ele cobrava e lá sempre foi tudo de graça. Um médico especializado na malandragem do aborto. Eu o expulsei do Hospital de Mandirituba, o Senhor PC Pedron descobriu esse médico e es-

te entusiasmado, porque agora tem o apoio do jornal da capital, se atreveu a começar a falar tudo o que queria, depois que esse jornalista lá o procurou, ele e a equipe dele.

Hoje o meu filho, na Prefeitura, sabendo que o Senhor Nizan, que eu não sei se ele está fazendo politicagem ou está fazendo política séria, Secretário da Saúde, mandou fiscalizar o Posto 24 horas da Prefeitura e daí foi no hospital desse cidadão também fiscalizar o hospital que nós não temos nada com isso e o pessoal da 22^a chegou e esse médico começou a falar tudo o que queria contra a minha família. O meu filho que também não tem tanto sangue de barata foi imediatamente, adentrou no hospital e ele mesmo, sem pegar pistoleiro, porque a minha família não contrata ninguém para tirar satisfação pessoal, ele mesmo foi ao hospital e quebrou a cara desse médico.

O Senhor PC Pedron pode ir para lá porque tem uma reportagem a fazer.

Ele arrebitou os dentes, o meu filho que pela estrutura dele é menor do que aquele médico, é mais forte, mais violento, mas o meu filho em pessoa, sem contratar pistoleiro, da mesma forma que eu não preciso contratar para quebrar a cara de qualquer vagabundo que se meta, a quem desonrar a minha pessoa.

Seja Pedron ou seja quem for. Pode vir a máfia inteira, que eu os enfrento sozinho. Eu ando sozinho, fiz a minha campanha sem pistoleiro, sem segurança, sem guarda-costa, esse é meu estilo, vou morrer dessa forma, mas se for verdade coisas contra a minha pessoa, eu uma vez mais digo, eu peço aos Deputados que aprovelem imediatamente autorização para que eu seja processado.

Horário do PP, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Peço a que os Deputados autorizem imediatamente e, com o sigilo bancário muito bem aqui levantado o projeto pelo Deputado Fregonese, merece todo o nosso respeito, acho que ele está certo. Temos que começar a dar o exemplo. Nada de pensar que os Deputados - como diz este "Jornal do Estado" constantemente - ganham não sei quantos e quantos milhões - e isto não é verdade - mas todo mundo tem medo de enfrentar, tem medo de dizer a verdade, mas eu não tenho. Fiquei quieto estes dias todos, mas chega de fica quieto.

Faço uma proposta aos denunciadores: vamos agir de acordo - como homens civilizados - com a lei. Aqueles que estiverem contra mim, agilizem nos canais competentes. Se foi pelo problema pessoal - peço licença, Senhor Presidente - se a coisa aqui por esse jornalista foi em termos pessoais, aqui dentro mesmo ou no corredor

ou onde o encontrar, resolvo o problema também pessoal, porque ele publicou no jornal dele que ex-Deputado Erwin Bonkoski - do qual tenho um programa de rádio diário - teria dito que me afastaria do programa de rádio pelas denúncias levantadas. O Erwin nem jornal lê. Perguntei e ele disse que não sabia de nada.

Então, está se brincando. Tenho 50 anos de idade. Não posso me submeter a uma brincadeira de homem, ou de quem se diz homem. Tudo tem limites. Tudo tem parâmetros.

Legalmente, judicialmente, aceito qualquer desafio. Se for para o terreno pessoal, sinceramente compro a briga.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o meu muito obrigado pela atenção. Realmente vi que prestaram atenção ao meu discurso e estou disposto a qualquer resposta a oferecer, tanto a Assembléia ou a quem quer que seja. Qualquer Deputado que tenha dúvidas quanto a este colega, levante. Só não aceito que alguém me olhe com dúvidas. Que me olhe assim, pensando: "Será?" Para mim não existe "será". Para mim é o presente, é o hoje. Não admito que ninguém levante dúvidas a meu respeito, a minha pessoa, ninguém. Pode ser a mais alta autoridade deste Estado ou do País.

Aprendi a viver por minhas pernas próprias. Com três anos de idade, era órfão. Órfão de um brasileiro que saiu do Brasil e que estava trabalhando pelo Brasil - fora do Brasil - e lá nasci e fiquei desamparado, porque estava num outro País, com um pai nascido num País, morrendo no outro e tudo começou a zero para mim.

Então, esta vida, para mim, tem um significado muito importante.

Meu muito obrigado. Até a outra oportunidade e certamente o "Jornal do Estado" virá de novo à tona e virei de novo a esta tribuna, que o povo do Paraná e Deus me deram.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças.

PL, PDT, PFL.

(Todos declinaram).

PT com a palavra.

Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Ontem fui procurado pelos companheiros do Partido dos Trabalhadores que moram no recém constituído Município de Pinhais.

Os companheiros trouxeram uma série de problemas que andam acontecendo naquele novo município, que não é sentido apenas pelo Partido dos Trabalhadores, mas inclusive pelos próprios Vereadores da Câmara Municipal de Pinhais.

Nos procuraram para discutir estes problemas, e o Partido dos Trabalhadores de Pinhais, junto com este Parlamentar, levará um documento ao Tribunal de Contas do Estado, para que ele se manifeste a respeito dos fatos que lá ocorrem.

Os próprios Vereadores, através de um Pedido de Informação ao Senhor Prefeito, levantaram várias questões que caberá ao Tribunal de Contas averiguar. E cabe a nós, desta tribuna, comunicar aos Senhores Deputados.

Diz uma das perguntas formuladas para ser respondida pelo Poder Executivo do Município de Pinhais: - Qual o interesse do Senhor Karan no município? Fechou sua empresa, trouxe toda a estrutura para a Prefeitura, computadores, mesas, cadeiras, pessoal, etc. O ordenado no mesmo, no mês de agosto de 93, 94 mil cruzeiros reais. Compensaria fechar uma empresa e colocar tudo dentro da Prefeitura por esse ordenado? É uma pergunta que deve ser esclarecida. Este Senhor Karan, funcionário da C.R. Almeida que, junto com mais 4, ocupam cargos de confiança dentro daquela Prefeitura, ou seja, há suspeita que são homens a trabalho de uma construtora dentro de uma Prefeitura.

A outra questão levantada pelos companheiros do PT diz respeito ao salário do Senhor Prefeito. Salário no mês de outubro superior a um milhão e quinhentos mil cruzeiros reais, contrariando disposições constitucionais, quando estabelece que o salário maior de cada Estado no Poder Público dever ser do Governador, do Presidente do Tribunal e do Presidente da Assembléia Legislativa.

Diz ainda, numa outra questão levantada pelos Senhores Vereadores: - por que a formulação de um empréstimo junto ao BNC e não junto ao banco oficial de nosso Estado, que é o BANESTADO? Só a taxa de transferência destes recursos do BNC para o BANESTADO custou, aos cofres do município, 225 milhões de cruzeiros naquele mês.

Este empréstimo não foi discutido na Câmara Municipal de Pinhais. Município novo, que não tinha dívida, em menos de um ano de administração nova, começa a obter dinheiro emprestado que, no entender de alguns dos Senhores Vereadores daquele município, não é necessário buscar, uma vez que o município tem vida econômica para tocar os afazeres.

Perguntam ainda os Senhores Vereadores: - por que da não permanência dos automóveis locados no pátio da Prefeitura fora do expediente? Fez a Prefeitura uma locação de automóveis, só que fora do horário de expediente nenhum se encontra no estacionamento próprio daquele município. E sim há suspeita de que são usados para afazeres particulares.

Há a questão também de como foi efetuado o contrato com "A Folha de Pinhais" e qual o valor, uma vez que houve um contrato assinado entre aquela municipalidade e este órgão de imprensa, logicamente, é provável para que este órgão passasse a defender aquela municipalidade.

Os vereadores da Câmara Municipal de Pinhais levantam vinte e quatro questões. São vinte e quatro perguntas formuladas ao Prefeito João Costa; perguntas estas ainda no aguardo da resposta, pois foram feitas no dia 30 de setembro de 93 e, até agora, dois meses depois, nada respondido.

Também diz a carta dos companheiros do PT e levantado também pelos Senhores Vereadores, que a Prefeitura mantém cerca de vinte funcionários fantasmas. E, o mais interessante, é que alguns destes são os próprios vereadores daquele município. Há a acusação de que o Vereador Sérgio de Souza e Jucelino do PT, continuam recebendo como vereadores e recebem como funcionários da Prefeitura, sem trabalhar. Se estivessem trabalhando, não teria problema algum, e que a prefeitura somente contrata trabalhadores para prestação de serviço, não formulando, não fazendo, não organizando concurso público.

Isso será parte da interpelação que o Partido dos Trabalhadores de Pinhais fará junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Horário do Expediente.

A Presidência registra, a pedido do Deputado Duílio Genari, a presença do Vereador Elias Bergamo, da Câmara de Assis Chateaubriand.

Esta Presidência também comunica aos Senhores Deputados que, tendo em vista o entendimento das Lideranças - não da reunião de hoje, mas na reunião anterior - estabeleceu e abriu prazo para que até o dia 3 de dezembro, pudessem os Senhores Deputados encaminhar à Presidência, sugestões para a reforma do Regimento Interno, sugestões essas que seriam posteriormente sistematizadas e iriam, juntamente com outros projetos que já estão tramitando, na forma de um projeto de reforma do nosso Regimento.

A Mesa solicita aos Senhores Deputados que tenham sugestões de reforma do Regimento, que as encaminhem à Presidência para que possamos dar seguimento dessa intenção dos Senhores Deputados.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 055/93,

subscrito pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente, comunicando que, a partir desta data, as contas bancárias do Senhor Deputado, estão à disposição desta Casa. À Comissão Executiva.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, autorizando a Presidência desta Casa, a solicitar a qualquer Banco, no Território Nacional ou no Exterior, extrato de movimentação de suas conta-correntes, nos últimos quarenta anos. À Comissão Executiva.

Ofício nº 052/93, subscrito pelo Senhor Deputado Heinz Herwig, constante do expediente, comunicando que no dia 25 de novembro assinou a ficha de filiação no PSDB. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelos Senhores Deputados Renato Adur, Nilton Barbosa, Erondy Silvério, Paulo Maia e Duílio Genari, na qualidade de Líder do PMDB, PP, PTB, PDT e PFL, respectivamente, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados para a Comissão Especial de Reforma à Constituição, para apreciação das Proposições nºs 61 e 84/93. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei complementar de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 569/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/93, que altera as disposições da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado) e adota outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EMENDAS DE PLÊNARIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2.^a DISCUSSÃO.

Iremos apreciar as emendas aprovadas

em 2.^a discussão.

Estão em discussão as emendas. Em votação.

(Lê Emendas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8.)

Todas são aprovadas.

Aprovadas as emendas, o Projeto irá à Redação Final.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 373/93, de autoria do Deputado Luiz Antonio Setti, que proíbe a venda de produtos que contenham solvente orgânico a menores de dezoito anos no território do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.A.I.C. e C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 461/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 047/93, que objetiva a revogação dos arts. 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35 e 36, da Lei n° 6417, de 03/07/73; os arts. 99, 100, 101 e 102, da Lei Complementar n° 14, de 26/05/82; e dos arts. 192, 193 e 194, da Lei n° 6174, de 16/11/70; e alterações da redação dos dispositivos que especifica, das mencionadas Leis. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente, solicitando a transferência do Projeto de Lei n° 461/93, Mens. n° 047/93, item 03 (três), para o último item da Ordem do Dia de hoje, 30/11/93. **Retirado pelo autor.**

O SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - O objetivo desse meu requerimento no início da Sessão, eu o fiz pretendendo que houvesse tempo de arregimentar os Deputados. Agora como já temos bastante Deputados no Plenário, retiro o Requerimento e V.Exa. consulte se poderia votar agora.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Retirado o Requerimento, vamos devolvê-lo. Colocamos em 2.^a discussão o Projeto de Lei Complementar 461/93.

Em discussão. Em votação.

Aprovado, por unanimidade.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 572/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 064/93, que objetiva alterar disposições da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Civis do Estado) e adota outras providências conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em número de 04 (quatro), de autoria da Senhora Deputada Emilia Belinati e do Senhor Deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, DE N° 01 PROJETO DE LEI N° 572/93

Substituir a expressão "medições de vazão de rio" do art. 5° do Projeto de Lei n° 572/93, por "medições e monitoramentos em rios e lagos".

O art. 5° passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5° - Para os efeitos desta lei, são consideradas atividades ou operações perigosas aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, impliquem no contato permanente com inflamáveis, sistema elétrico de potência, geração, transmissão e medição, radiação ionizante, explosivos, medições e monitoramentos em rios e lagos, em condições de risco acentuado."

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) EMILIA BELINATI

Apoio: Cezar Silvestri, Rossoni, Mário Bezerra e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Esta mudança faz-se necessária porque mais perigosa que a atividade de medição de vazão de rio é a coleta de materiais de fundo de rios e lagos, exemplo: as atividades exercidas no Lago de Itaipu pelos técnicos do Instituto Ambiental do Paraná.

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA DE PLENÁRIO, DE N° 02

O Artigo 5° do Projeto de Lei n° 572/93, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5° - Para os efeitos desta lei, são consideradas atividades ou operações perigosas aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, impliquem no contato permanente com inflamáveis; sistema elétrico de potência, geração, transmissão e medição; radiação ionizante; explosivos; fiscalização, medições, coletas de amostras em rios e reservatórios; em condições de risco acentuado."

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Cleiton Kielse, Neivo Beraldin, Colombino Grassano, Luiz Henrique Bona Turra e Heinz Herwig.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda modificativa corretiva, visa alterar o Artigo 5° que trata do assunto "Periculosidade", que contempla apenas como atividades ou operações perigosas, aquelas que, dentre outras executam medições de vazão de rios (Quantidade de Água).

Gostaríamos de salientar que os trabalhos de monitoramento da qualidade das águas também devem ser contemplados, pois tais atividades são desenvolvidas, em mui-

tos casos, em idênticas condições de risco acentuado (amostragem e medições de parâmetros de qualidade de água em rios de grande porte, tais como os Rios Iguaçu e Rio Paraná, onde as águas são profundas e muito turbulentas, em alguns casos em corredeiras).

Nos trabalhos realizados em reservatórios de até 160 metros de profundidade e 12 quilômetros de largura, apenas a qualidade das águas é monitorada, mas em condições altamente perigosas, não sendo realizados nestes locais, a medição de vazão.

Salientamos ainda que, nestes mesmos corpos d'água, os técnicos que realizam trabalhos de fiscalização de pesca, podem estar sujeitos às mesmas condições de risco.

Baseados nas condições acima, sugerimos que no texto do referido Artigo 5º, sejam incluídos estas outras atividades por também estarem sujeitas às mesmas condições de risco acentuado, já consideradas para os trabalhos de medições de vazão de rios.

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA DE PLENÁRIO DE N° 03

O artigo 6º do Anteprojeto de Lei 572/93 fica com a seguinte redação:

"Art. 6º - As atividades ou operações, o fator de insalubridade e o de periculosidade, sua caracterização, frequência, graus de risco e limites de tolerância, bem como a possibilidade é a forma de sua supressão, total ou parcial, serão apuradas pelo órgão pericial oficial do Estado, exceto quanto às atividades ou operações no âmbito do SUS/PR, que deverão ser analisadas em conjunto com os profissionais habilitados das áreas de segurança e medicina do trabalho da DRH/ISEP, em virtude das características peculiares e legislação específicas do SUS, com a adoção no que forem aplicáveis, os parâmetros das Normas Regulamentadoras n°s 15 e 16, da Lei Federal n° 6514 de 22 de dezembro de 1977, regulamentada pela Portaria n° 3214, de 08 de junho de 1978.

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento: Eurides Moura, Carlos Simões, Renato Adur, Domingos Carvalho, Nereu Alves de Moura, Alceu Swarowski, Severino Félix, Geraldo Cartário e Oswaldo Trevisan.

JUSTIFICATIVA:

A centralização da apuração das atividades ou operações insalubres ou perigosas no que se refere o presente artigo, seria inviável tanto do ponto de vista estrutural quanto do ponto de vista da interdependência do SUS/PR. O contingente de funcionários ligados à rede hospitalar e la-

Curitiba, terça, em 30.11.93

boratorial seria muito grande em relação à estrutura física e funcional da perícia oficial do Estado, bem como suas características que são basicamente regidas pelo SUS.

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA DE PLENÁRIO, DE N° 04

O Artigo 12 do Anteprojeto de Lei n° 572/93, fica com a seguinte redação:

"Art. 12 - É vedada a percepção cumulativa da gratificação pelo exercício de trabalho em condições de insalubridade com a gratificação pelo exercício de trabalho em condições de periculosidade, sendo paga, automaticamente, a de maior valor".

Sala das Sessões, em 30.11.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento: Eurides Moura, Carlos Simões, Nereu Alves de Moura, Renato Adur, Domingos Carvalho, Alceu Swarowski, Oswaldo Trevisan, Geraldo Cartário e Severino Félix.

JUSTIFICATIVA:

Com o texto original, o servidor desempenhando trabalho que justifica o pagamento de ambas as gratificações, receberá a mais benéfica.

Entendemos que para ser verificado qual a mais benéfica, terá que ser requerida ao órgão competente que julgará.

Com o texto proposto, evita a burocracia, sendo pago ao servidor o maior valor correspondente a gratificação que faz jus.

O projeto recebe emendas e retorna às comissões para que as mesmas sejam apreciadas.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Consulto à Mesa, porque há um requerimento de autoria da Bancada do PT pedindo a retirada por dez sessões, se não procede esse requerimento antes de voltar à C.C.J.. No entendimento nosso, procede.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Entendemos, Deputado Rosinha, que o requerimento para a retirada da Ordem do Dia é para os projetos que efetivamente estejam sendo e serão votados nesta Sessão. Já que o projeto recebeu emendas, ele já não será levado à votação.

V.Exa. poderá apresentar esse requerimento, na semana que vem, quando o projeto voltar à Ordem do Dia.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, continuando a questão de ordem, entendemos que aí já estará prejudicada a razão desse requerimento.

Gostaria de expor a V.Exa. e aos Senhores Deputados a razão desse requerimento.

(Assentimento)

Gostaria de bastante atenção dos Senhores Deputados. Talvez seja um pouco longo, mas é necessário para que os Senhores Deputados possam decidir.

Diz o Artigo 4º quanto ao Projeto de Lei 572 que: "para os efeitos desta lei, são consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que por sua natureza médica ou condições de trabalho expõe aos servidores agentes nocivos à saúde acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente."

Não fixa os limites de tolerância. Precisamos saber se a emenda corrige, fixando.

Aí nos remete ao Artigo 6º onde diz: "os limites de tolerância, bem como a possibilidade e a forma de sua supressão total ou parcial serão apurados pelo órgão pericial oficial do Estado com base na NR-15 e NR-16".

Ocorre que a NR-15 é da CLT e estamos votando o que diz respeito ao estatuto do servidor público que recorrerá à CLT. A NR-15, por sua vez, já estabelece limites de tolerância para ruídos contínuo ou intermitentes ou onda de impacto, exposição ao calor, radiação ionizante, agentes químicos, alguns, poeiras e minerais.

Algumas outras atividades a NR-15 já estabelece e não têm nem limites de tolerâncias. São condições hiperbáricas, outros tipos de agentes químicos e agentes biológicos e em alguns outros somente através de laudos. No entanto, o Governo está fixando que serão todos através de laudo a consessão. Radiação ionizante, vibrações, frios e umidade precisariam laudo.

O Governador quando coloca limites de tolerância para radiação ionizante, coloca-a como insalubre. Ele, na Mensagem Governamental, estabelece no Artigo 5º radiação ionizante como perigo. Não é periculosidade; é insalubridade.

Então, se vamos definir, vamos basear em que norma regulamentadora? Na NR-15, o que é insalubre? Porque na NR-16 que é perigoso não fixa periculosidade.

Ainda mais, estabelece no Artigo 13 que vão ser levadas em consideração as aposentadorias especiais. O atual Estatuto do Servidor Público não estabelece ainda as aposentadorias especiais.

Então, é insuficiente apresentar uma emenda ou outra a este projeto. É necessário que esse Parlamento, através de uma de suas comissões, faça um debate mais amplo, chamando, inclusive, o Poder Executivo para ver o que ele vai definir.

Por isso, o requerimento da Bancada do PT por dez sessões. Temo que as emendas apresentadas não corrijam todas essas distorções.

Por isso, a razão do nosso requerimen-

to que é só para visar a corrigir distorções do projeto original.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Rosinha, entendemos que com a ida do projeto e as emendas apresentadas à Comissão de Constituição e Justiça, poderá Vossa Excelência, como profundo conhecedor da matéria, interceder junto à Comissão de Constituição e Justiça no sentido de que se ofereça um Substitutivo, que contemple este pensamento de Vossa Excelência e elimine as distorções que relata Vossa Excelência existir.

Neste momento, a Presidência entende que o Projeto deve ser retirado, dado as Emendas, e não coloca em votação o requerimento de Vossa Excelência para adiar a votação, já que o Projeto não irá à votação na Sessão de hoje.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 573/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública a Colméia Espírita Cristã Abegail, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 575/93, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São Tomé-APMI. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 660/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 079/93, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de CR\$ 13.857.285,00 (treze milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, duzentos e oitenta e cinco cruzeiros reais), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 678/93, de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Wilson Baggio. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 679/93, de autoria do Tribunal da Justiça - OF. 892/93, que reajusta a partir do Dia 1º, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 576/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, criar programas de Fruticultura que especifica, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. (Publ. no D.A. n° 132, de 29.9.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 576/93

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, visa autorizar o Poder Executivo Estadual, através da Secretaria de Estado da Agricultura, criar Programa de Fruticultura que especifica, e dá outras providência.

Não havendo nenhum óbice, em nenhum de seus aspectos, legal, constitucional ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, em 19.10.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 576/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Namir Piacentini, o presente Plano de Lei autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Estado da Agricultura, criar Programas de Fruticultura que especifica, e dá outras providências.

A proposta em questão foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, recebendo desta parecer favorável.

Esta Comissão examinando o pedido, no âmbito estritamente das Finanças e, anali-

sando o mérito da medida apresentada, manifesta-se favoravelmente a sua aprovação, não encontrando qualquer impedimento a sua tramitação normal.

Diante disto, nosso parecer é favorável à aprovação deste projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.11.93

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

Aprovado.

O SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - Requeiro Verificação de Votação.

Curitiba, terça, em 30.11.93

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e procederá a Verificação de Votação.

Doze (12) Srs. Deputados aprovam.

(16) dos Srs. Deputados rejeitam.

Está rejeitado.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 577/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que dispõe sobre a inclusão de disciplina versando sobre Educação para Consumo, nos currículos escolares de 1° e 2° graus, no Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL C.E.C.E. e CONTRÁRIO da C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 132, de 29.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 577/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Namir Piacentini tem por finalidade a inclusão nos currículos de 1° e 2° graus, a disciplina de Educação para o Consumo.

Em análise do projeto em questão, temos a relatar o que segue:

"A Lei n° 5.692, de 11 de agosto e 1971, que alterou dispositivos da Lei n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961 que fixa as diretrizes e bases da educação nacional em seu artigo 5°, alínea "a" dispõe: "as matérias relativas ao núcleo comum de cada grau de ensino serão fixadas pelo Conselho Federal de Educação" e na alínea "b": "as matérias que comporão a parte diversificada do currículo de cada estabelecimento serão escolhidas com base em relação elaborada pelos Conselhos de Educação, para os respectivos sistemas de ensino".

A Lei n° 4.978, de 05 de dezembro de 1964, que estabelece o Sistema Estadual de Ensino do Paraná, dispõe, em seu artigo 74 que, entre outras atribuições, "compete ao Conselho Estadual de Educação:

z) organizar a distribuição das disciplinas obrigatórias, fixadas para cada curso de grau médio, permitindo aos estabelecimentos de ensino, escolher livremente até duas disciplinas optativas, que integrem o currículo de cada curso;"

Diante disso, o legislador, através do artigo 1° da Lei 4.978, mantém sempre o entendimento de que a legislação sobre a matéria educacional pertencente à esfera federal, por constituir o fundamento da

indentidade nacional; daí que a competência para legislar sobre as diretrizes e as bases da educação, nestas compreendidas as normas para elaboração dos currículos plenos, é privativa da União, através do Congresso Nacional, cabendo aos Estados legislar sobre questões específicas, as quais não se confundem, em momento algum com normas gerais.

Depreende-se, pois, que não compete aos legislativos estaduais ou municipais propor matéria reservada à competência do Conselho Federal de Educação e, por delegação, aos Conselhos Estaduais. Tal competência é definida por Lei Maior, de tal forma que a Constituição da República, em seu artigo 24, § 4º, afirma taxativamente que "a superveniência de Lei Federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

A proposição de matérias ou disciplinas como integrantes dos currículos escolares de 1º e 2º graus, tais como "aleitamento materno", "educação para o Trânsito", "Educação da Sexualidade", "Educação Ambiental" e a ora apresentada "Educação para o Consumo", é atribuição que está afeta, única e exclusivamente aos órgãos normativos (Conselho Federal de Educação e Conselhos Estaduais de Educação), não podendo ser exercida pelos Legislativos Estaduais ou Municipais. Tal fato assinala o princípio da unidade nacional na educação, o qual sempre se superpõe aos regionalismos e às particularidades locais. Mesmo quando tais proposições têm origem no Congresso Nacional, tem sido aprovadas e permanecido ineficazes, uma vez que depende de regulamentação do Conselho Federal de Educação para serem adotadas legal e legitimamente.

Com base no exposto acima, somos de parecer contrário à tramitação do projeto em lide, nesta Casa de Leis.

Nestes termos, é o parecer.

Sala das Sessões, em 26.10.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ERNANI PUDELL - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI N° 577/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Namir Piacentini, o presente plano de lei dispõe sobre a inclusão de disciplina versando sobre Educação para Consumo, nos currículos escolares de 1º e 2º graus, no Estado do Paraná.

A referida proposta foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça e recebeu desta parecer contrário, considerando a matéria de competência dos Conse-

lhos Federal e Estadual de Educação não devendo ser exercida pelos Legislativos Estaduais e Municipais, visando com isso o Princípio da Unidade Nacional da Educação.

No que se refere ao âmbito estritamente da Educação e não só do aspecto da Legalidade, esta Comissão concorda com a medida, não vendo nenhum impedimento à inclusão da disciplina nos currículos escolares.

Isto posto, nosso parecer é favorável à aprovação deste projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.11.93

(aa) JÚLIO BIFON - Presidente
SEVERINO FÉLIX - Relator

Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) -
Gostaria de esclarecer a posição da Bancada do PT.

O Projeto do Deputado Namir Piacentini, no mérito, é um Projeto interessante, que visa introduzir no currículo escolar a disciplina de Educação para o Consumo. E não há nada contra esta idéia do Deputado.

Pelo contrário ela está dentro daquilo que poderia se imaginar devesse ser a educação: preparar o cidadão, não apenas para absorver conteúdos científicos, culturais, mas fundamentalmente também conteúdos que pudessem levar a juventude a formar uma consciência maior dos seus direitos como cidadão.

Todavia, fomos responsáveis pelo parecer a esse projeto, que é evidentemente inconstitucional, porque compete ao Conselho Estadual de Educação determinar a inclusão ou não de matéria no currículo escolar. Até porque correríamos o risco aqui de, abrindo um precedente, começarmos a introduzir uma série de conteúdos na grade curricular nas escolas e criando problemas seriíssimos para o ensino no Paraná e em todo o País de um modo geral, para Educação.

Então nesse sentido, queremos dizer que, embora favoráveis ao mérito, entendemos que não se deve abrir esse precedente. Esse debate deve ser levado, no nosso entendimento, ao Conselho Estadual de Educação, até como subsídio do ilustre Deputado, como um requerimento, mas jamais como uma lei que torne obrigatório, porque poderemos amanhã subverter todo o conteúdo dos currículos escolares sem nos ater a um aspecto mais sistemático do que deve efetivamente constar na grade curricular dos nossos alunos.

Então queremos deixar aqui a nossa posição, embora entendamos que o conteúdo é relevante, pode ser até introduzido, mas que não é através da Assembléia Legislati-

va que se permite esse procedimento, é inconstitucional.

Hoje que votamos em primeira discussão o aspecto da constitucionalidade, votamos contrário à medida.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Feito o encaminhamento, a Presidência alerta ao Plenário que o projeto de lei teve parecer contrário da C.C.J.. Nesse sentido, procederá a votação de forma inversa.

Rejeitado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 648/93, de autoria da Deputada Emilia Belinati, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Educadora e Formativa das Irmãs Franciscanas Missionárias de Cristo, com sede e foro na Cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D. A. n° 156, de 09.11.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 648/93

P A R E C E R:

De autoria da nobre Deputada Emilia Belinati, o projeto de lei supramencionado, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública Estadual a "Sociedade Educadora e Formativa das Irmãs Franciscanas Missionárias de Cristo", com sede e foro na cidade de Londrina/Pr.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da Lei n° 6994/78, opinamos favoravelmente quanto a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ERNANI PUDELL - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 656/93, de autoria do Deputado João Iensen, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Ebenezer, com sede e foro na Cidade de União da Vitória. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 158, de 10.11.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 656/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado João Iensen, o Projeto de Lei n° 656/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação Beneficente Ebenezer, com sede e foro na Cidade de União da Vitória.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da Lei n° 6994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

Curitiba, terça, em 30.11.93

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 657/93, de autoria do Deputado João Iensen, que declara de Utilidade Pública o Departamento de Assistência Social o Bom Samaritano, com sede e foro na Cidade de Guaíra. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 158, de 10.11.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 657/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado João Iensen, o Projeto de Lei n° 657/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o Departamento de Assistência Social o Bom Samaritano, com sede e foro na cidade de Guaíra.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 658/93, de autoria do Deputado João Iensen, que declara de Utilidade Pública a Associação Betel Serviço Social da Igreja Evangélica Assembléia de Deus. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 158, de 10.11.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 658/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado João Iensen, o Projeto de Lei n° 658/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação Betel Serviço Social da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da Lei n° 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 659/93, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de São João. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 158, de 10.11.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 659/93

P A R E C E R:

O nobre parlamentar propõe projeto de lei que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excep-

cionais - APAE, com sede e foro no Município de São João.

Analisada a matéria, a encontramos em conformidade com a Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice para o trâmite normal do presente Projeto nesta Casa de Leis.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 23.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 661/93, de autoria do Deputado João Iensen, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Bom Pastor, com sede e foro na Cidade de Foz do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 159, de 11.11.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 661/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado João Iensen, o Projeto de Lei nº 661/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Assistência Social Bom Pastor, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu.

Da análise do referido projeto, em razão de o mesmo atender às exigências da Lei nº 6.994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 665/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a denominar Rodovia Henrique Herwig o trecho rodoviário que liga Curitiba a Garuva. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 161, de 16.11.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 665/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Djalma de Almeida César, o Projeto de Lei nº 665/93, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a denominar "Rodovia Henrique Herwig", o trecho rodoviário que liga Curitiba a Garuva.

Da análise do referido projeto, em razão de tratar-se de medida meramente autorizatória, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 23.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 665/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Djalma de Almeida César, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que autoriza o Poder Executivo a denominar "Rodovia Henrique Herwig" o trecho rodoviário que liga Curitiba a Garuva.

Tendo sido submetido a análise da Comissão de Constituição e Justiça o presente recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, o presente não incorre em qualquer irregularidade.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à tramitação e posterior aprovação em plenário.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 24.11.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 669/93, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 086/93, que aprova a abertura de Crédito Suplementar no valor de CR\$ 116.000.000,00 (cento e dezesseis milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da chefia do Poder Executivo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O. (Publ. no D.A. nº 162, de 17.11.93 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 669/93

P A R E C E R:

Trata-se de Projeto de Lei do Poder Executivo, que visa "aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 116.000.000,00 (cento e dezesseis milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo".

Não padece ele de nenhuma eiva de ilegalidade ou inconstitucionalidade.

Somos de parecer favorável à sua apreciação em Plenário.

Sala das Comissões, em 23.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 669/93

P A R E C E R:

Tem por origem o presente projeto de lei, na Mensagem Governamental nº 086/93, e objetiva aprovar um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 116.000.000,00 (cento e dezesseis milhões de cruzeiros reais).

Posto à análise desta Comissão de Finanças, nada se observa que possa impedir a sua normal tramitação nesta Casa, motivo que nos leva a exarar parecer favo-

rável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

NEREU ALVES DE MOURA - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI N° 669/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 086/93, objetiva a aprovação de crédito suplementar ao orçamento da Chefia do Poder Executivo, no montante de CR\$ 116.000.000,00 (cento e dezesseis milhões de cruzeiros reais).

Ao indicar os recursos para cobertura do referido crédito, a iniciativa está atendendo às disposições legais e constitucionais atinentes à matéria orçamentária.

Ante o exposto somos de parecer favorável à aprovação do presente projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.93.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL - (Para encaminhar)-

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Casa tem, ao longo do tempo, aprovado sem maiores restrições praticamente todas as mensagens do Governo do Estado na qual se solicita suplementação de verbas do orçamento.

Todavia, espero que neste caso presente haja uma atenção maior por parte do Poder Legislativo, porque se trata, na verdade, de um pedido para aprovação de um crédito suplementar no valor de 116 milhões de cruzeiros reais que estará sendo manipulado pelo Gabinete da Casa Civil em apoio a ações de natureza social e cultural.

Vamos mais além.

O Projeto prevê o cancelamento das dotações orçamentárias do Tesouro para a Companhia de Energia Elétrica do Paraná.

É preciso compreender que esse projeto, na verdade, já traz como favas contadas a aprovação da autorização legislativa para a alienação das ações da COPEL e com isso a COPEL não precisaria mais socorrer do Tesouro do Estado, podendo absorver recursos e captar recursos do mercado de ações em dando conta assim, de suas tarefas.

Aparentemente, digo isso. Só que vamos aprovar a transferência de recursos de um setor estratégico para o Estado do Paraná, o setor de energias. Setor este essencial para a manutenção do processo produtivo no Estado do Paraná. E vamos alocar recursos nas mãos do Secretário da Casa Civil para ações de natureza social.

Curitiba, terça, em 30.11.93

Até poderia se argumentar favoravelmente a esta idéia se não estivesse hoje, o Governo do Estado, sob suspeita absoluta na utilização de subvenções sociais.

Os Senhores e todos nós somos testemunhas do escândalo que se abate sobre o Congresso Nacional no caso das subvenções sociais.

A CPI do Orçamento está desnudando diariamente uma série de irregularidades onde Deputados através de um acerto com um determinado órgão do Governo Federal consegue transferir recursos para entidades sociais fantasmas, para obras fantasmas, para programas de várias naturezas onde o dinheiro não chega às mãos do povo.

O que é mais grave, choca do ponto de vista ético e moral que recursos destinados a amenizar o sofrimento da população mais carente deste país, estejam sendo desviados para o enriquecimento ilícito de políticos.

O momento é grave, é absolutamente delicado. Está colocando em dúvida a própria instituição democrática que é o Parlamento brasileiro. E, essas práticas, quem sabe, não poderiam estar se repetindo no Paraná! É bem possível que sim, Senhores Deputados.

Tenho em mãos, documento que já foi exaustivamente relatado pelo Deputado Rosinha aqui, e me foi passado pelo Deputado Fregonese, que comprova que recursos destinados à APMI de Pinhão, Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pinhão, foram entregues nas mãos de um ex-Deputado, colocados na sua conta e esse dinheiro jamais chegou na entidade.

O Deputado Rosinha esses dias fez a denúncia de recursos que foram parar nas mãos também de um ex-Deputado e que se destinavam à construção de uma creche e que de fato não foi aplicado o dinheiro.

A Bancada do PT, através do Deputado Rosinha, solicitou desta Casa, era o mínimo, o mínimo que deve fazer um Parlamentar quando toma conhecimento de uma denúncia desta natureza, é solicitar informações, solicitando a lista das entidades que receberam recursos de subvenção social do Governo do Estado para que pudéssemos também, aqui no Paraná, verificar se este dinheiro foi aplicado ou não, efetivamente, em assistência social.

E o que é mais grave, este requerimento que nada mais é do que um direito elementar do cidadão, consagrado na Carta Magna em seu artigo 5°, que é o direito de informações dos órgãos públicos, foi negado pelo Plenário desta Casa, por força do interesse da maioria que dá sustentação ao Governo do Estado.

Por quê o Governo do Paraná não entrega a este Poder a lista dos recursos aplicados em subvenção social? Com certeza não

entrega porque esta lista raria certamente destruir o prestígio político de muitas pessoas neste Estado.

Que o Governo use da sua força aqui nesta Casa para impedir o acesso de Deputados a informações de interesse público. É uma manobra - embora imoral - regimental.

Porém, o que não podemos agora, neste momento em que o Governo do Paraná está sob suspeita e os Governos anteriores, isto aqui se refere, inclusive, é bom dar-se nomes aos bois, ao período do Governador Álvaro Dias, este Governo que está sob suspeita porque não apresentou à sociedade paranaense, com a transparência devida a aplicação dos recursos de subvenção social, não tem condições morais e éticas de solicitar a este Parlamento uma dotação orçamentária de 116 milhões de cruzeiros reais que é objeto da Mensagem que está em discussão neste momento nesta Casa.

Então, quero chamar a atenção aqui dos Senhores Deputados: por cautela, esqueçamos nossas posições partidárias, esqueçamos que somos a favor ou contra o Governo do Estado, mas acima de tudo, acima de nossas posições ideológicas, éticas, morais, nós temos um compromisso com a defesa desta instituição que é a Assembléia Legislativa do Paraná. Invoco aqui as palavras do próprio Governador Roberto Requião que em recente manifestação nesta Casa, tomado por mim como um ato - até uma declaração de hipocrisia - mas disse ele que este Parlamento era digno, que era um Parlamento honrado, que ele tinha orgulho, porque era um Parlamento atento.

Então sejamos nós defensores da instituição e vamos reprovar esse pedido de suplementação das verbas de assistência social.

Temos até a desculpa legal de que por enquanto, enquanto não for o projeto que autoriza a alienação de ações da Companhia de Energia Elétrica do Paraná na Bolsa de Valores ou qualquer outro, o Tesouro deve continuar bancando as necessidades de recursos da COPEL. Temos esta desculpa política para dar. Agora, o que não podemos, é entregar 116 milhões de cruzeiros para manipulação da Casa Civil sem que, no mínimo, tivéssemos recebido a satisfação sobre a forma como foram e aonde foram aplicados os recursos até agora.

Por enquanto, provas de corrupção, é o que existe. Para ser desmentido isto, deve haver uma resposta satisfatória e esta Mensagem do Governo tem as condições éticas e morais de ser aprovada por este Parlamento, sob pena de estarmos aqui compactuando contra a própria instituição que aqui representamos, pelo menos até agora com dignidade.

É isto Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto nº 669/93.
Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa atende os pedidos feitos pelos Srs. Deputados e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação).
Dezesseis aprovam. Onze rejeitam.
Está aprovado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Apenas para registrar nos Anais desta Casa, a contradição dos Deputados do PT.

Estes dias houve uma crítica dos Deputados do PT quando alguns Deputados se retiraram do Plenário quando estávamos votando uma matéria. E agora os dois Deputados do PT, Dr. Rosinha e Deputado Ernani Pudell, também se retiraram do Plenário.

Gostaria de registrar isto porque quando fizeram estas críticas, hoje acabam caindo na própria contradição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A primeira questão de ordem diz respeito ao seguinte: em regime de votação, feita a chamada nominal, não pode mais se retirar do Plenário?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Está em regime de votação, Sr. Presidente.

O SR. DR. ROSINHA - O Regimento Interno estabelece: em regime de votação, feita a chamada nominal, respondeu presença não pode mais sair do Plenário, tem que permanecer. A bancada governista, inclusive o Sr. Manfrinato, se retirou após chamar regime de votação e chamada nominal.

Hoje não teve chamada nominal, portanto, os Srs. Deputados podem se retirar sim, porque não houve a chamada nominal...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Houve pedido de verificação de votação, Deputado.

O SR. DR. ROSINHA - A segunda questão: ontem, quando houve a votação do requerimento de minha autoria pedindo verba de subvenção social, o Deputado Dirceu Manfrinato votou contra, apesar de ter declarado outro dia que tinha votado favorável. Declarou favorável e votou contra ontem.
Portanto, não tem moral para cobrar da

Bancada do PT.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Realmente, confesso que quando V.Exa. apresentou o requerimento - disse inclusive que votaria a favor do requerimento de V.Exa.. Mas pela incompetência de seu partido que estava presidindo a Casa, criou-se um tumulto, o que acabou mudando a minha opinião.

O meu voto é livre e quem tem o direito de cobrar o meu voto, é a população que me elege.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Solicito recontagem da votação do projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Foram 16 favoráveis. Onze contrários. São vinte e sete, mais o Presidente, vinte e oito.

Matéria vencida. O projeto está aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 670/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 080/93, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. (Publ. no D.A. n° 162, de 17.11.93 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 670/93

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem Governamental n° 080/93, o Projeto de Lei n° 670/93 tem por finalidade a aprovação de um crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, que visa atender a execução do Plano de Aplicação do Fundo Penitenciário para o 4° trimestre do corrente ano.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza legal, constitucional e regimental, opinamos favoravelmente pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.11.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 670/93

P A R E C E R:

Oriundo de mensagem do Poder Executivo, o presente projeto de lei tem por finalidade a aprovação da abertura de um

Curitiba, terça, em 30.11.93

crédito suplementar, no valor de Cr\$ 20.000.000,00 (Vinte milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - aprovado pela Lei Estadual n° 10.195 de 15.12.92 - visando atender a execução do Plano de Aplicação do Fundo Penitenciário para o 4° trimestre do corrente ano; sendo que, os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio Órgão.

A Comissão de Constituição e Justiça analisando a matéria posicionou-se favoravelmente.

No que compete à Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar regimentalmente a tramitação do referido projeto nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI N° 670/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei oriundo da Mensagem Governamental n° 080/93, visa aprovar Crédito Suplementar no montante de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

Ao indicar os recursos para cobertura do referido crédito, a iniciativa esta atendendo às disposições legais e constitucionais atinentes à matéria orçamentária.

Ante o exposto somos de parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.93.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
HEINZ HERWIG - Relator

Aprovado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Registro o voto contrário da nossa Bancada, pelas argumentações que foram citadas.

Este projeto não tem as devidas explicações e justificativas.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre-se a posição da Bancada do PT.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 676/93, de autoria do Deputado Toti Colaço, que declara de Utilidade Pública Estadual o S.O.S. - Serviços de Obras Sociais, com sede e foro no Município de Prudentópolis-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ no D.A. n° 163, de 18.11.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 676/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Toti Colaço, o Projeto de Lei n° 676/93, visa declarar de Utilidade Pública Estadual o S.O.S. - Serviço de Obras Sociais de Prudentópolis, com sede e foro no Município de Prudentópolis, Estado do Paraná.

Analisando o referido projeto de lei, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação por este Poder Legislativo, estando o mesmo dentro das normas exigidas pela Lei Estadual n° 6.994 de 10 de janeiro de 1978.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, emitimos o nosso parecer favorável, e opinamos pela sua aprovação pelo douto Plenário deste Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, requerimento n° 4698, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4745, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4703, de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4704 a 4716, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4717 a 4723, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4725 a 4731, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4733 a 4736, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4738, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4739 e 4740, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4741, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante

do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata.).

Requerimento n° 4699, de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento n° 4701, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento n° 4744, de autoria do Sr. Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Creio que há necessidade de Vossa Excelência comunicar à Casa, conforme ficou entendido hoje na reunião de Lideranças, que após a criação da Comissão Especial, também se desse a sua instalação para que pudessemos trabalhar dentro dos prazos previstos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa agradece a lembrança feita pelo Deputado Paulo Maia, e solicita à Assessoria da Mesa que promova de imediato contato com os cinco Deputados indicados para que a Comissão seja instalada ainda hoje para que na próxima quinta-feira possa já oferecer parecer às propostas de emenda à Constituição.

Lembra também a esse Plenário e aos que nos ouvem nesse momento, que na reunião das Lideranças do dia de hoje ficou estabelecido um novo cronograma para votação do orçamento:

- Dia 09: 1.^a Discussão;
- Dia 13: 2.^a Discussão;
- Dia 14: 3.^a Discussão; e
- Dia 15: Redação Final.

E que as Sessões dos dias 13, 14 e 15 serão realizadas no período da manhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 01, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 039 e 616/93.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 648, 656 a 659, 661, 665, 669, 670, 676/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 084/92, 324, 327, 481, 591, 592, 597, 629, 645, 589, 683, 668, 669, 673, 674, 682, 695, 696, 697 e 698/93.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO DIRCEU MANFRINATO EM SESSÃO DO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 1993.

**HORÁCIO SABINO COIMBRA, EMPRESÁRIO
E PATRIOTA**

Léo de Almeida Neves

A morte de Horácio Coimbra, dia 19 de novembro, traz-me à mente alguns traços da personalidade desse importante, empresário que fundou a Cia. Cacique de Café Solúvel, em Londrina, então o maior centro produtor de café do mundo, em 17 de outubro de 1959, inaugurando-se a fábrica sete anos após e ocorrendo os primeiros embarques de café solúvel para o exterior em junho de 1966. Nesse ano, Horácio Coimbra empreendeu pessoalmente esforço de conquista do mercado da antiga União Soviética, tradicionalmente consumidora de chá, resultando em compras pioneiras do café Cacique, hoje com grande penetração na Rússia e nos outros países da CEI (Comunidade dos Estados Independentes).

Posteriormente, em 1973, Horácio Coimbra foi o primeiro empresário brasileiro a visitar a China comunista, objetivando a abertura do imenso mercado chinês para o café solúvel e outros produtos. Nessa ocasião, nem o Brasil e nem os Estados Unidos mantinham sequer relações comerciais com o país de Mao Tse Tung, considerado o mais perigoso inimigo do Ocidente. Coimbra fez palestras reservadas aos militares brasileiros mostrando as vantagens para o Brasil do comércio com a China e convenceu o governo Médici do alcance de sua missão, conseguindo que o então cônsul do Brasil em Hong Kong, Geraldo Holanda Cavalcanti, o acompanhasse, em caráter oficioso, na viagem onde contatou com as principais autoridades governamentais. Anos após, quando a primeira delegação oficial chinesa veio ao Brasil tratar do restabelecimento das relações comerciais e diplomáticas, os seus membros solicitaram ao Itamaraty que incluísse, como única programação extra-oficial, visita à residência de Horácio Coimbra, em demonstração de amizade e reconhecimento pelo seu gesto.

Prova da visão profética de Coimbra é a recente estada no Brasil, durante uma semana, do presidente da República Popular da China, Jiang Zemin. Solidificou o líder chinês com o presidente Itamar Franco a parceria estratégica Brasil-China, pela assinatura de acordo de cooperação para o uso do espaço sideral com fins pacíficos, prevendo-se o lançamento do primeiro satélite em 1996. Além disso, já no plano econômico, assinou protocolo de intenções pa-

Curitiba, terça, em 30.11.93

ra o incremento do comércio bilateral de minério de ferro e exploração conjunta de suas reservas. O intercâmbio comercial entre os dois países deverá atingir até o fim do ano um bilhão de dólares.

A implantação da indústria de café solúvel no Brasil, com vistas à exportação, sofreu veemente oposição dos Estados Unidos que pretendiam inviabilizá-la via tarifas aduaneiras e outros obstáculos.

Horácio liderou a pretensão brasileira de industrializar o seu principal produto agrícola na chamada "Guerra do Café Solúvel", inclusive deixando a presidência do antigo Instituto Brasileiro do Café, em janeiro de 1968, para melhor sustentar suas idéias. Fê-lo, porém, com habilidade e diplomacia, tanto assim que, cessada a controvérsia, estreitou vínculos com as empresas norte-americanas, fazendo jus ao título de Homem do Ano, em 1972, atribuído pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos.

Horácio Coimbra foi também um dos fundadores, em 1952, do "Nossobanco", Banco Nacional do Paraná e Santa Catarina, que se expandiu por São Paulo e Rio de Janeiro, chegando a ter 55 agências; mas ele se desfez do negócio bancário, preferindo concentrar esforços na expansão da indústria.

Coimbra sempre se preocupou com o desenvolvimento econômico do país, lançando-se de forma idealística o projeto agropecuário e industrial no Maranhão e a empreendimento cafeeiro na Bahia, atendendo aos apelos do governo. Afora sua atuação empresarial, dedicava-se, com amor e carinho, à agropecuária, em especial à que desenvolvia na Fazenda Buenópolis, em Cravinhos (SP).

Horácio colaborou para a fundação, em 1953, do Diário do Paraná, órgão dos Diários Associados, assumindo a vice-Presidência da empresa.

Amigo do ministro da Fazenda Delfim Neto, Coimbra ajudou na concretização de várias reivindicações de Londrina e teve decisiva participação na concessão de empréstimo do governo federal à Prefeitura de Curitiba, na primeira gestão Jaime Lerner.

Outra característica da personalidade do líder empresarial falecido foi a de acolher, como executivos no seu grupo, pessoas antagonizadas com o regime militar. Além do meu próprio caso que ingressei na Cacique em 1970, após perder o mandato de deputado federal mais votado do MDB do Paraná, lá trabalhou Mário Lima, combatido ex-Deputado federal da Bahia, e Hélio Duque, brilhante deputado federal pelo Paraná em várias legislaturas e que hoje preside o PSDB no estado.

Horácio Coimbra sempre teve forte

preocupação com o social, enfatizando a boa alimentação, assistência médica, aprimoramento técnico e segurança dos empregados. Atividades esportivas e artísticas, principalmente o teatro, foram vivamente incentivadas. Sem alardes, colaborou, dentre outros, com o Hospital do Câncer em Londrina e com o INCOR em São Paulo, inclusive doando aparelhos de última gera-

ção.

Pelo seu temperamento cordial e virtudes de caráter, Horácio Coimbra deixou muitas saudades nos seus familiares e amigos, mas, sobretudo, legou o exemplo de empresário corajoso e criativo que, também, cultivava firmemente o ideal de contribuir para a grandeza da pátria.